

NATANAEL GUEDES DE OLIVEIRA
CELI DA COSTA SILVA BAHIA

A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES
DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Centro de Educa-
ção da Universidade Federal do
Pará para a obtenção do grau de
Licenciatura Plena em Pedagogia.

ORIENTADORA: Professora Lila Rayol

CENTRO DE EDUCAÇÃO

Belém, 1992

SUMÁRIO

	Pág.
1. INTRODUÇÃO.....	01
2. CONCEPÇÃO TEÓRICA.....	04
3. INÍCIO DO MOVIMENTO: SITUAÇÃO CONJUNTURAL E O MOVIMENTO EM BELÉM.....	10
4. O MOVIMENTO NO BAIXO TOCANTINS.....	22
5. EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO DE 1983 A 1988.....	35
6. O MOVIMENTO DURANTE O GOVERNO DE HÉLIO GUEIROS.....	55
7. FUNDAÇÃO DO SINTEPP.....	62
8. CONCLUSÃO.....	66
9. BIBLIOGRAFIA.....	69

AGRADECIMENTOS

Agradecemos profundamente:

- à Professora Ana Maria Tancredi pela idéia de aprofundarmos o estudo sobre o Movimento de Organização dos Professores Públicos do Pará, como caminho para a valorização dessa categoria profissional;

- ao Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Estado do Pará - SINTEPP, pela franquia à documentação referente ao Movimento dos Professores;

- à Professora Lila Rayol, Orientadora do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal do Pará, pela rica contribuição que nos deu para a realização deste trabalho;

- aos nossos queridos cônjuges e filhos pela compreensão e ausência nas horas em que, ocupados na elaboração deste trabalho, não puderam desfrutar de nosso convívio;

- ao Professor Esmerindo Nery Filho, companheiro de luta, líder do Movimento no Baixo Tocantins, pela grande contribuição em forma de entrevista sobre a organização desse Movimento social;

- à Professora Ermelinda Melo Garcia, ex-Presidenta da Associação dos Professores do Pará - APEPA, pela valiosa contribuição ao nosso trabalho, especialmente no que se refere ao início do movimento, em 1979.

- ao Professor Wilson Bahia, pela eficiente correção gramatical feita ao trabalho.

DEDICAMOS este trabalho aos professores das redes pública estadual e municipais do Estado do Pará, que nunca se curvaram ao autoritarismo e à alienação imposta pelo sistema à categoria, e ousaram romper o silêncio que o obscurantismo fez abater-se sobre a Nação, com a coragem que sempre deve caracterizar todo educador comprometido com o povo.

INTRODUÇÃO

Este trabalho se destina ao cumprimento da exigência do Curso de Pedagogia para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em Magistério, pela Universidade Federal do Pará, e foi feito inicialmente para ser apresentado em forma de seminário, quando cursávamos a disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino de Primeiro e Segundo Grau, no segundo semestre de 1988, regida pela Professora Ana Maria Tancredi Carvalho. Após a exposição do trabalho em sala de aula, a Professora sugeriu que fizéssemos as devidas correções e aprofundássemos as pesquisas e apresentássemos o mesmo como Trabalho de Conclusão de Curso.

Tem como finalidade desenvolver uma análise histórico-sociológica da organização dos trabalhadores em educação do Estado do Pará, seus avanços, recuos e vitórias, tendo como ponto de partida a escola como contexto social e agente das transformações da sociedade, no momento em que ela deixa de ser, por força das contingências internas e externas, Aparelho Ideológico do Estado para ser um organismo social capaz de minar as bases sobre as quais se fundamenta a burguesia, para praticar as mudanças exigidas por um novo Bloco Histórico hegemônico composto pelos trabalhadores.

Para tanto, fizemos, inicialmente um levantamento bibliográfico de que já se produziu sobre este assunto. Na primeira fase do trabalho apenas um trabalho de Silvia Nádia. Neste segundo momento já há um trabalho escrito pelo Professor Edmilson Rodrigues, intitulado "Luta do Educador e Prática Pedagógica", publicado na Revista Espaço Educacional, de agosto de 1991, do Sintepp. Nesse artigo, Edmilson Rodrigues ^{deixa} historia e analisa o movimento dos trabalhadores em geral e de professores em especial, como, aliás, o fizemos no trabalho original, analisando o contexto histórico e sociológico que procurou os primeiros protestos e a primeira Greve de Professores do Estado

do Pará (Belém).

Outro Trabalho existente feito também para conclusão de Curso de Pedagogia e que aponta críticas ao Movimento de Professores do Pará, é o de Afonso e Adeline Delgado que se intitula "A Formação dos Profissionais em Educação e a Prática Pedagógica", apresentado como tema do XI Encontro Nacional de Estudantes de Pedagogia, realizado em Fortaleza-CE, nos dias 16 a 21 de julho de 1991.

Concomitantemente, procuramos contactar com colegas professores que atuaram no Movimento desde de 1979, como a Professora Ermelinda Garcia, presidente da APEPA, Edmilson Rodrigues, Ex- presidente da Feppep, Haroldo Soares, Ex- Presidente do Sintep, Ermerindo Nery Filho, ex-vice-presidente da Feppep.

Com respeito ao início do Movimento na Micro-Região do Baixo-Tocantins, entrevistamos os professores Esmerindo Nery Filho, Deusimilson Góis, Lindalva Caldas Melo e Vanilda Poça, que participaram tanto da Comissão Central como das Comissões Municipais, e das Associações Municipais e dos Encontros de Educadores do Baixo Tocantins, cujos depoimentos foram fundamentais para o embasamento de nossa pesquisa. Para tanto tivemos que viajar à Barcarena, Abaetetuba, Acará e Igarapé Miri, aonde moram os professores entrevistados.

Após colhermos os depoimentos dos professores, começamos por analisar os documentos que a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará - SINTEPP, mantém nos seus arquivos, que foram de valiosa ajuda para a fundamentação de nosso trabalho.

Em seguida, fizemos a comparação das entrevistas com a documentação a que tivemos acesso, para podermos realizar um trabalho sério e de caráter científico.

Primeiramente, descrevemos e analisamos o contexto histórico-social do Brasil e do Estado do Pará durante o período da ditadura militar de 1964 e 1979, para podermos encontrar

explicações para a situação histórica em que explode o Movimento de Professores em 1979, em Belém do Pará, demonstrando que essa explosão não foi isolada e nem espontânea, mas sim, decorreu em face das manobras políticas que o Estado fez para sintonizar a educação do Pará com a do Brasil, atrelada ao Acordo MEC-USAID, que visava a completa dependência econômica e cultural do Brasil aos USA, cumprindo os propósitos do Imperialismo em relação ao Brasil e à América Latina.

Com referência ao Movimento dos Professores na Micro-Região do Baixo Tocantins, valeu muito a experiência participativa de 3 anos (1982/1984), de convívio e de trabalho na luta de organização dos Trabalhadores da Educação na área referida, bem como as posteriores entrevistas e os exames dos documentos existentes na Regional do Baixo Tocantins, em Abaetetuba.

Na parte referente à evolução da organização a partir de 1983, examinamos a parte da documentação existente no arquivo do Sintep, cuja Diretoria a colocou à nossa disposição para consulta.

Quanto à parte que se refere à fundação do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Estado do Pará (SINTEPP), foi construída a partir do exame criterioso dos documentos encontrados no arquivo da entidade.

Analisamos todos os documentos, depoimentos e fatos e elaboramos o nosso trabalho de forma que se aproxime ao máximo do rigor científico, no que se refere à organização dos Trabalhadores da Educação do Estado do Pará.

Nossa meta é contrapor as idéias e afirmações da burguesia, de que o professor é apenas alguém que está nessa profissão por não saber outra coisa e como tal é coisificado, desumanizado e desmoralizado. O professor deve e pode se conscientizar, se descoisificar e se valorizar através de uma prática pedagógica que envolva o aspecto político no sentido de atingir a totalidade social, como agente da transformação dos fenômenos sociais.

CONCEPÇÃO TEÓRICA

Tomamos como referencial, para a elaboração deste trabalho, o contexto da sociedade brasileira, a partir do final da década de 70 e final da década de 80. Desses anos de grande ebulição política, junto com as lutas pela democratização do país, surge também uma reorganização do Magistério brasileiro, depois dos duros golpes sofridos com o movimento militar de 21 de março de 1964, com cassações, prisões, exílios e banimento dos principais intelectuais do país.

A reorganização da luta, inicialmente, foi por questões econômicas, mas junto com elas surgem outras tão importantes quanto aquelas, como por exemplo: melhoria do ensino, condições de trabalho adequadas, valorização do magistério, etc.

"Assim, se o foco da luta foi, num primeiro momento, o Estado opressor, os professores levaram os Princípios dessa luta para uma conscientização direta ao nível da sala de aula. A fissura criada no círculo do poder foi alargada e cimentada através de um trabalho conscientizador junto à massa dos alunos".(Silva, 1989:24)

Verificamos que, no conjunto da sociedade brasileira, há uma mudança palpável. Por todos os lados, no seio dessa sociedade a reorganização ocorre em oposição ao regime militar, embora duramente reprimida pela classe dominante.

"A burguesia legisla, elabora as leis conforme lhe convém; os pelegos do setor educacional, desvinculados de qualquer compromisso de classe, mandam executar, surdos que são, às reivindicações de um grupo há muito oprimido. O ódio fica preso na garganta e aguarda um momento de organização e catarse...".(Silva, 1989:18)

A repressão se dá no sentido de conter as manifestações de descontentamento do povo brasileiro e suas reivindicações, no estreito limite legal de tais interesses, já que

"acontecimentos conjunturais não possibilitam mais o

impedimento total dessas manifestações"(Freitag,1989).

O testemunho de professores entrevistados é bastante contundente e esclarecedor do quanto a sua atuação, que vão constituir-se em lideranças, ousando criar mecanismos de reorganização a partir de reuniões de estudos e discussões, de planejamentos, visando uma ação conjunta, assembléias da categoria, Comissões Centrais e Comissões de Negociação, participação nos processos eleitorais nacional, regional e da categoria, etc., é uma atuação de direção, que vai gerando possibilidades de abrir espaços no interior da sociedade brasileira para formular as mudanças almejadas, de perspectiva de mudança.

Mas, essa situação não aconteceu por acaso. Surgiu por causa do descaso e da indiferença do Estado para com as classes trabalhadoras comprimidas entre a fome e a miséria. Como diz Ezequiel Theodoro da Silva, no seu livro O professor e o combate à alienação imposta:

"A indiferença é a pior manifestação frente àqueles que buscam o diálogo, sem dúvida, gera insatisfação".

O ato pedagógico do professor, segundo Paulo Freire, é fundamental para a prática de uma educação que vise o homem como tal, para que ele se conscientize de seu papel como sujeito de sua História.

Mas os duros anos da ditadura militar, propositamente levaram o professor à coisificação.

"Coisificar o professor significa triturar a sua consciência de modo a impedi-lo de exercer a prática da liberdade; significa, mais especificamente, afastar a sua possibilidade de lutar por uma nova concepção de vida e de homem"(Silva, 1989:21)

Amortecido o seu poder de ação libertária pela perseguição política, prisões, torturas, exílios e banimento, seria fácil fazer ^(?) pelo militarismo parasitário e pela burguesia privilegiada, nos anos pós-64. O espurgo dos educadores trans-

formadores como Paulo Freire, Darcy Ribeiro e uma miríada de outros menos conhecidos e a imposição de uma legislação cada vez mais restritiva e ideologicamente ^(?) como os Decretos 477, e o 869, as reformas do ensino de 1º e 2º graus e do ensino universitário, a lei anti-greve e a proibição de sindicalização do funcionalismo público, as condições salariais humilhantes, descontos do salário quando o professor fazia uma reivindicação justa, reposição de aulas aos sábados e feriados para equilibrar o orçamento doméstico, todos estes atos são como agulhas chinesas fincadas na consciência do professor: dor, humilhação, descontentamento, tristeza, frustração. O professor é agora um boneco de marionete "coisificado", perante à sociedade e, o que é pior de tudo, perante os seus familiares, parentes, amigos e seus alunos.

"O ódio Revigora" (Silva, 1989:23)

Comprimido pela avalanche da opressão, nada mais resta-lhe do que o retrocesso intelectual.

"Produto boçalizante das escolas nacionais reafirmando esse retrocesso"(Silva, 1989:23)

(2) Para Louis Althursser a escola é um aparelho ideológico do Estado, que serve aos propósitos inconfessáveis da burguesia i segundo Paulo Freire, é dentro da escola que se dá o ato pedagógico formal. Esse ato pedagógico é dado em dois sentidos: para a conscientização ou para a alienação. Durante a ditadura militar, o Ministro da Educação, Cel. Jarbas Gonçalves Passarinho afirmava nos meios de comunicação de massa que:

- Professor é pra ensinar,
- Aluno é pra aprender,
- Trabalhador é pra trabalhar,
- Padre é pra rezar. (———)

Essa especificidade inventada pelo então ministro da educação identifica claramente os propósitos do Ministro: a busca da alienação da sociedade.

Journal de Époque

O outro lado do ato pedagógico, segundo Paulo Freire é a conscientização, diz ele:

"...por isso a conscientização é um Projeto irrealizável pela direita, por ser, por natureza, incapaz de ser utópica e não pode praticar uma ação cultural que conduza à conscientização do povo, sem uma denúncia radical das estruturas desumanizantes, que marcha junto com a proclamação de uma nova realidade que pode ser criada pelo homem. A direita não pode descascar e não pode dar ao povo os meios de desmascará-la além do que ela deseja". (Paulo Freire, 1980)

Voltando a Louis Althusser, o mesmo diz ele, mesmo sendo a escola um aparelho ideológico do estado, não é algo intransponível e nem monolítico.

Antonio Gramsci, retornando essa questão afirma que, sendo a escola um aparelho ideológico do Estado, pode também servir de base para minar as bases da sociedade capitalista com vistas à construção de uma sociedade socialista.

Ainda é Paulo Freire quem afirma que o ato pedagógico é fundamental para a conscientização. O ato pedagógico formal só se dá dentro da escola e cumpre ao professor realizá-lo de modo consciente e de tal modo que o leve a si e ao aluno a se darem conta de que o aluno é um ser em formação e que em vista disto, pode lutar para mudar a situação de desigualdade em que vive. A mudança começaria pela conscientização, primeiro do professor e em seguida, do aluno, através do ato pedagógico formal.

Em Paulo Freire, verificamos que ninguém educa ninguém pois

"ninguém é suficientemente sábio para não aprender nada e nem inteiramente ignorante que não possa ensinar nada a alguém". (Paulo Freire, 1980)

As greves dos professores de Pará ocorreram concomitantemente às greves dos professores paulistas e cariocas, gaúchos e mineiros, junto com a reorganização da União Nacional dos Estudantes - UNE e esses movimentos podem ser interceptados como um primeiro fator de mobilização do setor educacional.

"A luta grevista é apenas um gérmen que indica a formação de uma porta histórica para a transformação da sociedade".(Silva, 1989:23)

Os professores são pessoas simples, sem grandes ambições na vida em termos financeiros. São funcionários do Estado (que ainda é o maior empregador dessa categoria), pertencentes à superestrutura e que por isso mesmo, para o capitalismo, não são produtivos, mesmo que, modernamente o Estado pratique a economia educacional, onde educação é investimento com retorno a longo prazo é, por isso mesmo, é um setor onde o Estado não tem interesse em investir.

Para os Estados modernos a educação seria um meio de saírem do atraso para a modernidade, pois seria através dela que se daria a modernização (desenvolvimento) do país.

Submetido a essa condição, o Estado não teria nenhum interesse em que a categoria dos professores pratique a Educação Libertadora.

Para o Estado capitalista conservador, o papel do professor seria de mero reprodutivista, em que o conteúdo é transmitido sem crítica. A base do seu trabalho é transmitir conteúdos não críticos.

Visando submeter o professor à mera condição de ser coisificado, as autoridades vêem o professor como um trabalhador improdutivo, alguém que não gera divisas econômicas imediatas para o país. É por isso que as verbas para a educação são liberadas a conta-gotas, de migalha em migalha. Mas não é só isso: O professor é visto de maneira distorcida pela população que usa o senso comum:

- "Se ficar no magistério é porque é ruim ou louco".
- "O status do professor já era!"
- "Ensinar é dom e sacrifício".

Em outras palavras, as frases acima querem dizer que "somente os médiocres optam pela carreira do magistério".(Silva, 1989:25)

Em virtude desses preconceitos errôneos, cada professor deverá pensar sobre as formas de restauração de ^{SUG} ~~usa~~ (?) autoridade moral perante a sociedade em que vive.

Ezequiel Theodoro da Silva, na sua obra já citada, indica como caminho para a dignificação do professor a sua atualização do conhecimento, sem parar no tempo.

"Deverá refletir também sobre os fenômenos filosóficos, políticos e econômicos. Deve buscar... uma nova filosofia da educação, uma nova política da educação e uma nova economia da educação".(Silva, 1989:25)

Um cerco ideológico meticulosamente montado pelo Estado alienou o professor do longo da ditadura militar. Este é um momento em que devemos destruir esse cerco, superar a alienação, iniciar a politização e formular uma nova concepção de conduta. O professor deverá procurar respostas para os seguintes questionamentos:

- "Engolir a seco ou contestar?"
- "Reproduzir ou transformar?"
- "Educar ou domesticar?"
- "Oprimir ou libertar?"
- "Superar ou acomodar-se?"
- "Ser a favor ou ser contra?"

Assim, o professor já consciente de que pertence à classe dominada, praticará a Educação Libertadora. Mas não ficará apenas na teorização polemizante. Irá à luta

"organiza-se, pratica a pedagogia do enfrentamento".(Gadotti, 1986)

O mecanismo de pressão da luta operária tem sido o sindicato, as lutas, as passeatas, as manifestações de protesto e, por fim, as greves. Como Operário do Saber, o professor consciente não poderia agir de outra maneira. Ele usa as mesmas armas que o metalúrgico usa, para defender os seus direitos e transformar a sociedade.

O INÍCIO DO MOVIMENTO

O Brasil da década de 70 tinha duas faces. Uma apresentava um clima de euforia difundida pelos meios de comunicação, controlados pela censura. Estes meios de comunicação mostravam um "Brasil Grande", na "arrancada para o desenvolvimento. (Dantas, 1991) Grandes obras estavam sendo construídas para mostrar ao mundo que o Brasil era confiável, era um "país sério". Os governos militares tomaram grandes empréstimos aos banqueiros internacionais para financiarem os grandes projetos em execução ou a serem iniciados.

A outra face do Brasil era como a face oculta da lua, ninguém sabia o que aí acontecia. Na face oculta do Brasil havia falta de liberdades democráticas, arrocho salarial, perseguições políticas, prisões arbitrárias, torturas, assassinato de presos políticos nos cárceres, execuções sumárias de presos sem julgamento, exílios involuntários, expatriamento e a guerrilha urbana e rural, caminho este enveredado pelas esquerdas brasileiras, na tentativa de chamar a atenção nacional e internacional para o estado de exceção e de arbítrio em que se encontrava o Brasil.

No setor educacional, o então Ministro de Estado de Educação Cultura, Coronel Jarbas Gonçalves Passarinho promovia a Reforma Universitária e a Reforma do Ensino de 1º e de 2º Graus em consonância com o acordo MEC-USAID, de 1968. Para tanto, fez o débil Congresso Nacional aprovar as leis nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 e 5.692/71, que fixou as novas diretrizes e bases da educação nacional. Entretanto, ao mesmo tempo em que promovia tais reformas do ensino o governo da União estabelecia cortes sucessivos no orçamento destinado à Educação, caindo de 11% para 4,07%, no período de 1974 a 1984. Os cortes nas verbas destinadas à educação significou o desvio de verbas para o aparelhamento dos órgãos de segurança do Estado, na tentativa de

calar a nação que clamava por liberdades democráticas. Um dos pontos mais sensíveis da situação do trabalhador brasileiro foi o arrocho salarial pois o seu reflexo é de impacto, no momento em que o salário do trabalhador não dá mais para a sua sobrevivência e de sua família.

Enquanto isso se dá, a sucessão dos governos dos Estados era decidida nos quartéis, sob a vigilância dos órgãos de segurança nacional.

No Estado do Pará foi indiciado para o quadriênio 1979/1983, o Tenente Coronel Alacid da Silva Nunes, para um segundo mandato (biônico). Foi "eleito" pela Assembléia Legislativa em 15 de novembro de 1978, pelo voto da maioria arenista.

Na verdade, foi apenas referendado, uma vez que não tinha concorrente e nem adversário, como convinha à ditadura militar, que se estabeleceu no poder com o golpe de 1964.

O implemento dos grandes projetos na Amazônia, como a construção da Transamazônica, por exemplo e os constantes fluxos de êxodo rural não foram acompanhados de um planejamento que visasse a ampliação da rede de ensino público, capaz de absorver racionalmente a grande demanda às escolas públicas do Estado. Assim como a situação didático-pedagógica era aflitiva também a situação econômica e salarial dos trabalhadores da educação pública era massacrante, sem perspectivas de solução pelos órgãos públicos competentes.

O "Quadro Verde" boletim informativo da Associação dos Professores do Estado do Pará, nº 1, no seu Editorial denuncia claramente a situação de calamidade em que se encontravam os trabalhadores da educação no Pará. Diz o Editorial:

"Sabemos que o professor é um insatisfeito com o mísero salário que recebe e com as precárias condições de trabalho que encontra. Uma professora que trabalha 30 anos no Magistério recebe hoje Cr\$ 1.500,00. A professora primária, base da pirâmide educacional, recebe Cr\$ 1.980,00, que mal dá para o seu transporte. A professora comunitária, responsável pela alfabetização dos filhos das camadas mais pobres da população,

ganha aproximadamente Cr\$ 680,00. O professor de 1º e 2º graus ganha um salário irrisório, necessitando trabalhar 3 turnos para viver em condições mínimas de dignidade humana. Sabemos que há professores que perderam a voz no exercício de sua função, por serem obrigados a dar até 15 aulas diárias para sobreviver. Sabemos da angústia em todo início de ano letivo, com a carga horária que perceberá, porque dela dependerá o salário que o fará sobreviver. Há um clima de concorrência, de desconfiança, criado entre os professores no início do ano pela disputa por maior número de aulas. Que é quase impossível ao professor investir no seu crescimento intelectual, fazendo assinatura de revistas, etc, como sugere uma autoridade educacional, ou compra cultura ou compra comida..."

A denúncia refere-se à péssima remuneração dos professores do Estado, do Município e das Escolas Comunitárias. É evidente que foi a questão salarial a mola que impulsionou o Movimento de professores a dar os primeiros passos rumo à organização da luta. Contudo, ao lado dessa questão, surgem outras que são mais abrangentes e enfocam o aspecto político-pedagógico.

"A explicitação da dimensão política da prática educativa está condicionada à explicitação da especificidade da prática educativa. A explicitação da dimensão educativa da prática política está por sua vez, condicionada à especificidade da prática política".(Saviani, 1991:99)

Especificamente, a situação econômica do professorado paraense era desesperadora, cada vez mais calamitosa. Os "aumentos" eram ilusórios. Quando o governo dava um "aumento" de 70%, o custo da cesta básica já tinha aumentado em 100%.

Outro problema sério que envolvia aos professores era a instabilidade funcional. Há muito tempo os professores se queixavam da necessidade de um instrumento de luta contra uma série de irregularidades que ocorra na FEEP (Fundação Educacional do Estado do Pará), como o não pagamento do 13º Salário, falta de registro de emprego na Carteira de Trabalho, etc. A consequência desse esbulho era uma onda de queixumes que não passavam de conversas nas salas dos professores e davam uma

sensação de impotência diante do poder que os "cartolas do ensino" no Estado tinham de dispor do emprego de cada professor. Afinal, na FEEP, se o Presidente ou mesmo um diretor de colégio quisesse despedia qualquer um sem grandes problemas.

Para a admissão de professores não havia concurso público, o que ensejava o apadrinhamento, o pistolão, e o clientelismo político.

Outro problema que afetava a categoria era a dúvida que pairava sobre a possibilidade de o professor da FEEP poder, ou não, se sindicalizar. A dúvida era gerada pelo fato de que, mesmo sendo regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho a FEEP não cumpria todos os direitos dos professores. Por outro lado, o Sindicato dos Professores - SIMPRO nunca se manifestou a esse respeito e nem era procurado pelos professores não sindicalizados, porque a diretoria composta de pelegos que se instalou no SIMPRO não estimulava a sindicalização dos professores, seus diretores sempre viam com desconfiança a sindicalização dos professores. Procurava manter o menor número de sindicalização para evitar a "invasão das forças inimigas" (Oposição Sindical). Mantinha-se encastelada no SIMPRO vivendo do Imposto Sindical cobrado de todos os professores da FEEP e particulares sem a necessidade de sindicalização. Este é um dos problemas do sindicato brasileiro atrelado ao Estado, que desconta o imposto sindical, mas se mantém afastado do trabalhador.

Por essa razão e porque os professores de rede mantida pela Secretaria de Estado de Educação e Cultura - SEDUC, não tinham direito à sindicalização, um grupo de professores mais ousados resolveu abrir a discussão com o objetivo de criar um organismo

"que regulamentasse o exercício da profissão e, principalmente, defendesse os interesses da categoria". (Quadro Verde, nº1, 1979)

Depois de várias reuniões em diversos lugares da capital como a Casa da Juventude, Igreja de Nossa Senhora da

Conceição, com um número cada vez maior de participantes, onde estiveram presentes professoras primárias das escolas comunitárias, mostrando que havia um estado de insatisfação de todos os professores do Estado.

Um convite à reunião mostra que havia um clima de insatisfação geral, de insegurança, de desconfiança, mas, uma certeza de que só a união de todos os professores levaria a algum tipo de vitória e ganho para a categoria.

Foi assim que os professores se reuniram no auditório do Instituto de Pastoral Regional — IPAR, no dia 12 de maio de 1979, às 20:15 horas, para discutirem a fundação de uma entidade profissional que os representasse juridicamente. A discussão foi vigorosa, como se pode perceber pela leitura da Ata de Reunião de Assembléia Geral para a fundação da Associação dos Professores do Estado do Pará. A reunião terminou às 02:20 horas do dia 13 de maio. Nela foi eleita a diretoria provisória, composta pelos seguintes professores:

- Presidente: Ermelinda Melo Garcia
- Vice-Presidente: Regina Maria Lima Mendes da Silva
- Primeiro Secretário: Hamilton Ramos Correia
- Segundo Secretário: Orlando Melquíades Ribeiro de Oliveira
- Primeiro Tesoureiro: Venize Nazaré Ramos Rodrigues
- Segundo Tesoureiro: José Alves Cunha
- Diretor de Relações Públicas: Ildamar Ferreira da Silva
- Presidente do Conselho Fiscal: Jaime da Costa Teixeira
- Membros Efetivos: Telmo Lima Marinho

Nely E. Nassar

Maria Zenaide Pereira Martins de Souza

Na reunião estavam presentes 200 professores, representantes do 1º, do 2º graus, FEOP e Escolas Comunitárias. Havendo, portanto, legítima representatividade.

Em assembléia geral realizada ainda em maio de 1979, foi eleita a listagem das principais reivindicações dos professores. Cada um dos presentes que quiseram se manifestar, tomava

a palavra e fazia sua proposta, que era anotada pela secretária da mesa e em seguida foi feita uma votação e do conjunto das várias sugestões foram aprovadas as seguintes:

"As péssimas condições de trabalho, os baixos salários, acrescidos à má qualidade do ensino levaram aos professores paraenses a encaminharem, através da APEPA, as seguintes reivindicações ao Exm^o governador do Estado:

- 1- Piso salarial de 6.000,00 por 100 horas mensais para professores de 1^o a 4^o séries, com nível de 2^o grau.
- 2- Para os demais níveis, 200% sobre os atuais salários.
- 3 - Regime de trabalho optativo para os professores, assim distribuídos:
 - a) 40 horas semanais, sendo 32 horas de regência e 8 horas para planejamento de atividades.
 - b) 20 horas semanais, sendo 16 horas de regência e 4 horas para planejamento de atividades.
- 4 - Regulamentação do Quadro Funcional do Magistério, através de Concurso Público.
- 5 - Cumprimento de equiparação salarial dos professores de 1^o e 2^o graus, de acordo com o que preceitua o Art. 39, da lei nº 5.692/71.
- 6 - Distribuição de alunos por turmas, de acordo com a faixa etária e os padrões didáticos mais avançados.
- 7 - Extinção do Turno Intermediário, construindo mais escolas, ou ampliando o número de salas de aula com o objetivo de melhorar a aprendizagem.
- 8 - Extinção de quaisquer taxas cobradas aos alunos, garantindo-se o ensino público e gratuito.
- 9 - Ajuda de custo aos professores que lecionam em lugares distantes da capital, para cobrir despesas de transporte, alimentação e hospedagem.
- 10 - Realização de convênios com hospitais do interior para possibilitar o atendimento dos servidores, sem a necessidade de se deslocarem para a capital, para tratamento de saúde.
- 11 - Extinção do pagamento compulsório pela utilização dos serviços médicos do Hospital dos Servidores do Estado.
- 12 - Criação de um Centro de Recursos Áudio-Visuais que atenda às necessidades didáticos-pedagógicas do professor.
- 13 - Democratização no processo de escolha da Direção das Escolas através do voto da representação discente, e dos corpos docente e de apoio.
- 14 - Escolha dos membros do Conselho Estadual de Educação (CEE), pelo voto direto dos professores

legalmente habilitados e que estejam no exercício de suas funções.

15 - Aumento salarial semestralmente, a fim de que se possa acompanhar o custo de vida.

16 - Criação de biblioteca e atualização das já existentes nas escolas para atender aos alunos.

17 - Criação de Núcleos Profissionalizantes para aulas práticas dos alunos.

18 - Pagamento do 13º salário".

Uma análise feita desta pauta de reivindicações leva-nos a verificar que há uma ampla preocupação em solucionar os vários problemas educacionais que vão desde a questão salarial até às questões pedagógicas, abrangendo alunos e professores, até a cogestão da escola e do Conselho Estadual de Educação.

Ao propor eleição direta para diretores das Escolas, os professores demonstravam que havia uma fundamentada preocupação com a democratização da Escola e do ensino, como requisito básico da democratização do país.

Quando propuseram a eleição direta dos membros do Conselho Estadual de Educação, os professores paraenses estavam tocando num dos pontos mais sensíveis da organização estadual da educação. O Conselho Estadual órgão normativo da educação tem sido monopolizado por determinados representantes conservadores da burguesia local, e que no discurso da APEPA eram chamados "Cartolas do Ensino". Ora, propor eleição direta para os membros do Conselho Estadual de Educação, em um momento em que não havia eleição para prefeitos de capitais, governadores de Estados e Presidentes da República, era uma ousadia democrática muito grande, pela qual eles pagaram muito caro, como veremos mais adiante, valeu a ousadia, pois a partir daí não foi mais possível conter a luta pela democratização da educação no Pará, embora tenha havido avanços e recuos no processo de luta.

Com esta pauta de reivindicações na mão, uma grande passeata de professores foi organizada, indo ao palácio entregá-la ao governador, no dia 18 de junho de 1979, em uma audiência

previamente marcada.

Em frente ao Palácio Lauro Sodré, cerca de mil professores unidos e esperançosos, "cheios de paciência histórica e pedagógica", os professores externavam clara insatisfação com as condições do magistério paraense.

Embora a audiência estivesse marcada para às 17 horas, a Comissão de Negociação só foi recebida às 18:30 horas, dando evidência do descaso do governador para com os professores. Pacientemente os professores esperaram, após protestarem pelo atraso junto ao Chefe do Gabinete Militar, coronel Machado, também professor.

O encontro prometia ser cordial e sereno, mas os professores interferiam e desarmavam algumas vezes o governador, mostrando as evidências que fundamentavam suas reivindicações, apresentando dados, que o governador não estava preparado para contestar.

Então, mudou de tática. Afirmou sua preocupação e sensibilidade para com os problemas do magistério e ensino, alegando que dera 55% de reajuste aos professores, mas os professores contestaram, afirmando que o salário mínimo do DIEESE era Cr\$ 6.144,00 e que o piso salarial reivindicado para a professora primária de 1ª à 4ª série era de Cr\$6.000,00. Era inconcebível que uma professora continuasse ganhando Cr\$1.000,00 por 100 horas mensais de trabalho, pois tal importância não dava para a própria sobrevivência do professor. Os professores repudiaram viemente o "aumento de 55%", que foi qualificado como frustrada tentativa de "reajuste", negando-se a categoria a assinar o atestado de "boa vontade" do governador para com os professores.

O governador não se surpreendeu com o pedido de 200% de aumento feito pelos professores, que classificou de "justo". O governador era contraditório, pois confessou aos professores integrantes da Comissão de Negociação ser possível viver com Cr\$ 10.000,00, mas pagava apenas Cr\$1.000,00 para a professora

primária e um pouco mais para os professores do ensino médio. Quanto à professora da escola comunitária, criada pelo povo para suprir a deficiência da pré-escola para os filhos dos trabalhadores recebia de Prefeitura Municipal de Belém irrisória importância de Cr\$500,00 a Cr\$800,00 mensais.

A APEPA, entregou ao Ministro da Educação documentação solicitando providências para aumentar o valor da bolsa — aluno paga pela Prefeitura à Escola comunitária de Cr\$30,00 para Cr\$60,00. O Ministro da Educação prometeu providências nesse sentido.

O Governador Alacid da Silva Nunes diante do repúdio dos professores ao "reajuste" de 55%, prometeu uma resposta ao documento entregue pelos professores, mas não estabeleceu prazo, usando de um artifício bastante conhecido: elogiou o documento, disse que as reivindicações dos professores eram justas e que, o documento tinha "ótimas sugestões" que poderiam ser discutidas e aplicadas "naquilo que fosse conveniente", como declarou.

Os professores não se acomodaram e continuaram a mobilização. Passadas as férias de julho, voltaram com toda carga e marcaram uma Assembléia Geral para o dia 18 de agosto de 1979, às 16:00 horas, na Igreja da Conceição.

A Assembléia Geral compareceram mais de 1.000 professores, que discutiram a omissão do Governador Alacid Nunes e aceitaram realizar uma grande passeata denominada "Marcha pela Educação" no dia 15 de outubro de 1979, para denunciar à população as irregularidades que afetavam o Magistério do Estado do Pará, como o não cumprimento da lei nº 5.692/71, que, "de acordo com o antigo Estatuto do Magistério", assegurava remuneração condigna, concurso público, salário de acordo com a qualificação profissional, entre outros direitos que não eram respeitados no Estado do Pará.

No dia 05 de Setembro, os professores tentaram obter resposta do Governador para a pauta de reivindicações a ele entregue e a resposta foi uma grande repressão policial contra

os mesmos.

A primeira tática do governador foi chamar os professores para lhes dizer que suas reivindicações eram "justas", que as sugestões dadas pelos professores eram "ótimas", mas que não as atendia, porque o "Estado é pobre e não dispõe de verbas".

Em seguida, mandou reprimir violentamente a manifestação colocando a polícia contra os profissionais da educação. Além dos cavarianos chamou o corpo de bombeiros para dispersar os professores. Houve a prisão do professor e economista Jaime Teixeira, de forma humilhante e até a tentativa da polícia de arrancar a bandeira nacional das mãos dos professores. Houve agressões à professora Regina Alves, que foi amplamente noticiados pela imprensa.

Esperava-se, no entanto, uma repressão pior do que a que houve. Os professores, "diante de tanta mentira e tanta força bruta", resolveram enrolar as faixas e se retirar para evitar um confronto com a repressão, após mostrar ao governador que não tinham nem bombeiro e nem sua polícia montada.

Em um documento de repúdio aos deputados estaduais, a APEPA descreve pormenorizadamente como se deu a "Marcha pela Educação" e a violenta repressão policial que se acateou sobre o movimento dos professores, Diz o citado documento:

"Aproveitamos para denunciar o descaso e falta de sensibilidade do governo frente à situação de injustiça e da falta de cumprimento das leis, no que se refere ao magistério. Como poderá exigir o cumprimento das leis um governo que não cumpre e burla as próprias leis que cria?"

E continua o documento:

"buscamos o diálogo, demonstramos as distorções existentes, tentamos sensibilizar as autoridades para os problemas que afligem a categoria e encontramos como resposta a afirmativa de que o "Estado é pobre", como se esta simples frase contivesse o dom mágico de calar nossa fome, nossas necessidades e responsabilidades perante o povo pelo ensino precário que somos impelidos a ministrar, fatigados por exaustivas jorna-

das de trabalho".

O documento é contundente, enflamando e pudente nas suas denúncias. Descreve com precisão como se deu a repressão à Marcha pela Educação. A ela compareceram cerca de 3.000 manifestantes atendendo ao apelo da APEPA. Foi montado cuidadosamente um sistema de segurança, para evitar provocações, para caracterizar o caráter ordeiro e pacífico, com pleno êxito. Porém, no final, após a ordem dada pela Presidente da APEPA Ermelinda Garcia, para cada manifestante fosse para casa de forma pacífica, como até então haviam se comportado, um ardil armado para prender a presidente da APEPA. A líder dos professores, diante do cerco policial, dirigiu-se a um certo Coronel Rocha para solicitar abertura do mesmo cerco para dar passagem ao carro volante. O Coronel passou o braço por cima de seu ombro e, pretestando levá-la a um oficial mais graduado, saindo do cerco. Quando a professora deu por si, estava rodeada de aproximadamente 8 policiais que a empurraram para o carro-patrolha, já à espera, sob protesto da professora que se recusava a ser presa, debatendo-se, sendo por isso empurrada para a viatura policial. Um professor assistiu de longe o que se passava e deu o alerta. Os presentes se revoltaram com a demonstração de violência e traição.

Pressionados pelos professores, que exigiam a volta da companheira, o próprio Coronel Rocha negou o ato de prisão. Justificava-se muito bem a apreensão do povo a respeito da polícia, paga com os impostos cobrados ao povo, sob a justificativa de oferecer proteção ao povo, mas que é parte do aparelho repressivo do Estado, que defende não os interesses do povo, mas sim os da classe dominante.

Os professores foram enganados pela segunda vez, no mesmo dia. A viatura que conduzia a professora Ermelinda Garcia fez um percurso longo, fazendo voltas até em torno da Praça D. Pedro II, e ela, tomada de angústia e apreensão, quando

perguntava o porquê de sua prisão, recebia a resposta — "missão cumprida. Sem problema. Nenhuma reação".

Em uma época de repressão, violência, tortura e inúmeros casos de "desaparecimento" em circunstâncias semelhantes, a professora foi tomada de um clima de apreensão e receio.

Foi assim que a professora foi levada ao DOPS e submetida a um exaustivo interrogatório, em presença de advogados convocados pelos outros membros da Diretoria da APEPA. O tal Coronel Rocha sugeriu que a Professora fosse submetida a exame de corpo de delito, para amenizar a arbitrariedade praticada contra ela. Negou-se a professora a fazer o exame porque as marcas da violência não estavam registradas em seu corpo. A professora foi clara em afirmar em seu depoimento que fora levada de forma violenta, sob o efeito de coação moral e psicológica "e isto o exame de corpo de delito não iria registrar".

Uma comissão foi escolhida para ir ao DOPS, acompanhada de um advogado da OAB e uma jornalista credenciada, mas foi barrada na entrada pelo delegado Frederico Melo, que afirmava que "já havia muitos defensores da professora lá dentro - Para que mais gente?" Era mais um ato de violência cometido pela polícia contra os professores. Como se vê, a repressão e o arbítrio se abateu sobre os professores de forma impiedosa.

Na Assembléia Legislativa, uma voz se destacava em favor dos Professores, a voz do Deputado Ademir Andrade, que apresentou um requerimento de solidariedade à Professora Ermelinda Garcia. Seu requerimento de solidariedade foi rejeitado pela maioria arenista que dava suporte ao governo do Coronel Alacid Nunes, prepotente e arbitrário.

No documento analisado, está evidenciado o repúdio aos 15 deputados arenistas e o louvor aos deputados do MDB "comprometidos com o povo que o elegeu".

Verificaremos mais tarde que será um governo do MDB transformado em PMDB que irá redobrar a violência e o arbítrio contra os professores e o povo do Pará.

O MOVIMENTO NO BAIXO TOCANTINS

Tendo em vista a implantação do grande projeto Carajás e em complemento a este a instalação da Albrás - Alunorte em Vila do Conde, Barcarena, envolvendo todo o Baixo-Tocantins, a UFPA, através de seu serviço de extensão, iniciou uma pesquisa sócio-econômica e social da região, coordenada pela Assistente Social Maria da Paz, que também dava assessoramento ao setor educacional das prefeituras dessa micro região.

Juntamente com o professor Camilo Viana, a professora Maria da Paz elaborou o projeto de um encontro de educadores em convênio com as prefeituras do Baixo-Tocantins. A UFPA dava a orientação Teórica - metodológica, enquanto as prefeituras dos 9 municípios davam apoio com a infra-estrutura material.

O movimento de professores do Baixo-Tocantins foi resultado da necessidade que estes sentiram por se verem abandonados pelo poder público, sem as mínimas condições de trabalho e de sobrevivência, com os aviltantes salários que recebiam na época.

O Baixo-Tocantins, incluindo aí a micro região de Marabá, é riquíssima em minérios, madeira e de tradição agrícola, com pequenas indústrias como: aguardente, extração de óleos vegetais, melaço de cana, cerâmica etc, quase todos obedecendo a processos semi-artesanais.

A partir da década de 70, após o episódio da guerrilha do araguaia toda a região Araguaia - Tocantins passa a ser alvo da cobiça multinacional. Os governos militares, após a violenta repressão, monta um esquema denominado Pólo Amazônia, cujo objetivo era "promover o progresso da região", na verdade era explorar as riquezas hidro-minerais, para atender à demanda do mercado externo com matéria prima de bom teor e de preço baixo, para aumentar as riquezas do 1º mundo às custas do 3º mundo.

A micro-região do Baixo Tocantins foi escolhida pelo

governo militar para a implantação do Projeto Grande Carajás, e Complexo industrial Albrás - Alunorte e o porto de Vila do Conde. A respeito da construção da Estrada de Ferro Carajás, dá-se uma grande discussão ao nível nacional. Surgiu a polêmica sobre que meio de transporte seria mais viável economicamente: se através de uma ferrovia ligando Carajás ao porto de Itaqui, no Maranhão ou se através de hidrovia pelo rio Tocantins até o porto de Vila do Conde, de onde seria exportado para o exterior.

Para dar suporte e viabilidade ao Projeto "Grande Carajás" foi construída a usina hidrelétrica de Tucuruí, para fornecer energia a baixo custo para todo esse complexo industrial-extravista e de transformação.

Quanto ao escoadouro do minério de ferro de carajás venceu o interesse político - econômico do Maranhão. Não se deve esquecer que o presidente do "maior partido do Ocidente" a ARENA, transformada em PDS em 1982, era, o Senador maranhense José Sarney. É de se compreender porque o governo militar de João Figueiredo optou pela ferrovia e não pela hidrovia, que seria muito mais barata. A alegação era de que a hidrovia necessitava "corrigir" os desníveis do Rio Tocantins através da construção de eclusas e que, mesmo sendo mais barata a hidrovia, a ferrovia era mais rápida e sua construção não tomaria tanto tempo como a hidrovia, dada a necessidade das eclusas.

Nessa época há uma grande imigração para a região, proveniente de todo Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A sociedade local, pacata e tranquila é desestruturada pelo impacto desses grandes projetos industriais. Cresce a população sem a necessária providência de infra-estrutura capaz de suportar tais mudanças. É nessa paisagem humana que teve início o movimento de luta dos professores no interior do Pará. Os primeiros encontros são tímidos em termos políticos, devido à situação de exceção em que vivia o país, com uma legislação autoritária e pouca liberdade de expressão, de reunião e de organização.

Pela falta de liberdade democrática em que vivia o

Pará, sob o segundo governo (biônico) do Coronel Alacid da Silva Nunes, o movimento serviu como válvula de escape para as angústias e preocupações dos professores causadas pela pressão da inflação pelos baixos salários, pelo abandono didático-pedagógico, sem nenhuma perspectiva de mudanças.

Nesse momento a organização dos professores na região era ainda embrionária. Havia apenas a Associação dos Educadores de Abaetetuba, que tinha caráter beneficente, sem nenhuma perspectiva sindical, dado que a legislação do país não permitia a Sindicalização dos servidores públicos.

Os professores foram chamados para participar do 1º Encontro de Educadores do Baixo-Tocantins, em Abaetetuba, sem nenhuma discussão prévia. Por seu turno, as prefeituras procuravam apenas ganhar "cacife político", para tanto, promoviam festejos e os prefeitos compareceram ao 1º Encontro como os promotores de tal evento, tentando mostrar que eram bons administradores em relação à educação.

No entanto, a realidade era outra. As condições de trabalho eram péssimas: faltavam carteiras nas escolas, giz, e outros materiais escolares. As turmas eram superlotadas e a evasão era altíssima cerca de 90% dos professores eram desqualificados profissionalmente, alguns dos quais só tinham a 3ª ou 4ª séries do 1º grau e lecionavam até para a 4ª série do 1º grau.

O fato mais importante é que os professores sentiam isso, tinham consciência de que havia deficiências e começaram a lutar para mudar. Por outro lado, as prefeituras se aproveitavam dessa situação para dar uma remuneração ridícula aos professores. Algumas prefeituras pagavam menos da metade do salário mínimo por uma jornada de 20 horas semanais. Além do que havia muito apadrinhamento e clientelismo político, dificultando a organização e a consciência profissional mais aprofundada.

O segundo encontro de educadores foi em Barcarena, em 1981 e quando os educadores chamaram os prefeitos para custear as despesas do evento, estes, percebendo que o movimento de

professores, que fora festivo, estava mudando, não deram mais o suporte material para a sua realização, recuaram.

A partir daí os professores assumiram a direção do movimento que foi estruturado no Encontro de Barcarena com a seguinte composição: dois representantes de cada município e mais um coordenador geral. Este conjunto representante dos 9 municípios e o citado coordenador formavam a Comissão Central. Esta comissão era assessorada pelas Comissões Municipais. Eram realizadas várias reuniões de acompanhamentos no movimento, sempre em município diferente. Além de organizar e estruturar a cada Encontro a Comissão Central dava apoio às Comissões Municipais, para que estas construíssem as Associações Municipais. Na medida em que estas eram organizadas, extinguíam-se as Comissões Municipais e suas atribuições passavam para a Diretoria eleita da Associação. O Movimento foi crescendo tanto em quantidade, como em qualidade. A partir do 1º Encontro, entre outras reivindicações e propostas, os educadores pediam cursos de capacitação, qualificação e formação sindical.

Uma das exigências, considerada um avanço da luta dos professores do Baixo-Tocantins, foi a interiorização da UFPA (1979), apenas para aquela micro região, considerada corporativismo pelo professor Ermerindo Nery Filho, o Miriquinho, de Abaetetuba.

Quanto à formação sindical, os cursos que visavam atendê-la eram de conteúdo primaríssimo: Tratava-se de fazer saber aos professores quais eram os seus direitos e garantias trabalhistas asseguradas pela consolidação das Leis do Trabalho. A partir daí é que o movimento entre os professores e prefeitos que sequer queriam cumprir a lei e assinar as carteiras profissionais dos seus servidores.

Muitas vezes os professores tiveram que recorrer a representantes da sociedade civil para representá-los, posto que aos Prefeitos se negavam a recebê-los para negociar as suas reivindicações que, como já vimos, eram consideradas no seu

conteúdo, muito modestas, já que no começo eram puramente de caráter econômicas: pagamento de salário mínimo, assinatura de carteira profissional, e outras garantias trabalhistas, que por falta de fiscalização do ministério do trabalho, não eram cumpridas.

No entanto, como não se tratava de professores pertencentes apenas à rede municipal de ensino, mas também à rede estadual, a luta era comum a todos e as reivindicações daqueles eram semelhantes a estes, uma vez que também o Estado pagava menos que o salário mínimo a uma professora leiga da zona rural.

Organizar o movimento não foi tarefa fácil, uma vez que havia muita pressão por parte dos prefeitos, de deputados estaduais que dominavam os chamados "currais eleitorais", principalmente os partidos de direita, até então no poder.

Os professores resistiam e se opunham a essas atitudes politiquieras, pois a luta visava autonomia e independência do movimento dos educadores. O grau de conscientização e disposição para lutar ia se elevando a cada Encontro. A comissão Central promovia cursos, seminários e com isso muitos professores conscientes e comprometidos com esses e outros movimentos sociais eram convidados para fazer discussões. Palestrantes como Lúcio Flávio Pinto, Camilo Viana, Maria da Paz, Jean Hebet e outros, foram importantes e prestaram valiosa colaboração na formação político-sindical dos professores do Baixo Tocantins. Outro que deu uma valiosa colaboração foi o professor Meirevaldo Paiva, tanto como palestrante e divulgador das idéias de municipalização do ensino, como oferecendo condições materiais para a realização de eventos que contribuíram para o crescimento dos trabalhadores da educação do Baixo Tocantins, na qualidade de Delegado do Ministério da Educação e Cultura.

O embrião do movimento gerou-se da formação e construção da Associação de professores de Abaetetuba, que mesmo tendo um caráter beneficente, logo superou essa fase, passando a conduzir o movimento com forte conteúdo político, buscando tanto

melhorar a educação na área acima mencionada, como também transformar a sociedade na busca da igualdade e justiça social.

A presença e participação dos irmãos Lassalistas em Abaetetuba e Altamira, foi muito importante na organização do movimento, tanto pelo conteúdo político como pela coragem no enfrentamento. Tomando como base o pensamento de Paulo Freire, estes "irmãos" Lassalistas deram exemplo de coragem, despreendimento e amor pela causa de uma educação libertadora, através de uma pedagogia de enfrentamento e de coragem, em busca de uma nova visão da educação popular.

As associações que foram surgindo eram de caráter beneficente e assistencialista, sem nenhum caráter sindical, porém, com o desenvolvimento da luta e através dos cursos, Encontros e Congressos, foi se modificando esta visão e adquirindo um caráter sindicalista de luta e de defesa dos interesses dos trabalhadores da educação. Contudo, não se deve negar que as Associações, mesmo no início, já demonstravam que surgiram para a luta.

Outra preocupação das Associações de professores era com a qualidade do ensino. Para isso levantaram pontos importantes para discussão com o poder público, tanto da área municipal como estadual, como o estado de abandono das unidades escolares das redes estadual e municipal, a evasão e a reprovação dos alunos, a baixa qualidade do ensino causada pela qualificação e descapacitação dos trabalhadores em educação.

Assim, vários cursos de capacitação foram realizados, incluindo aí o projeto Logos, que qualificava os professores que haviam concluído o primeiro grau. Com isso o ensino melhorou, houve a politização dos professores, alguns dos quais se elegeram prefeitos e vereadores, embora estes não tenham se voltado para a causa da educação, quando galgaram postos de mando, demonstrando a falta de compromisso para com a educação. Estes buscavam tirar proveito pessoal da luta dos professores realmente comprometidos.

As deficiências econômico-pedagógicas, como já vimos eram as mesmas em todo o Estado, tanto na capital como no interior. Elevadíssimo número de professores não qualificados, falta de escolas para todos, as escolas que existiam eram (e são) desaparelhadas, mal conservadas e construídas em uma arquitetura inadequada, o que resultava (e resulta) em salas superlotadas de alunos, abafadas, quentes, contrariando os mais elementares requisitos didático-pedagógicos, baixos salários dos professores, etc. O resultado de todo esse caos em que vivia o ensino no Pará era alto índice de evasão e repetência, grande rotatividade dos professores e baixo nível de ensino.

Para se ter uma idéia da situação caótica do ensino no Baixo Tocantins, vamos tomar como amostra desse universo o município de Barcarena que mesmo pertencendo à Micro região do Baixo Tocantins, fica a apenas uma hora de viagem de barco de Belém. Nesse município, em 1983, segundo estatística da Divisão Municipal de Educação, havia 126 professores municipais, incluindo a zona rural, dos quais, apenas 2 tinham formação superior e 2 tinham formação de magistério, feitas em Belém.

Como parte do "Grande Projeto Carajás" e complexo industrial de Vila do Conde, visando qualificar mão-de-obra, a Secretaria de Educação do Estado construiu e a SUDAM equipou a Escola Estadual de 2 grau José Maria Machado, com os cursos de contabilidade, Administração e Magistério. Como resultado, formou-se a 1ª turma de 42 professores, de Barcarena, já em 1984, os quais já trabalhavam no município e foram imediatamente promovidos e outros contratados pela prefeitura de Barcarena. Este fato nos faz ver que, quando um político que se promover, faz algumas concessões, desde que estas aparentem um caráter "democrático" à sua administração. Mesmo promovendo e construindo as professoras recém-formadas o então prefeito de Barcarena não se empenhou em resolver os problemas educacionais do município, como: definir o regime de contrato de trabalho dos professores, um regime jurídico único para todos os seus

servidores, estabelecendo uma política salarial compatível com as necessidades básicas da população trabalhadora, um projeto de educação que viesse resolver de uma vez os problemas como evasão escolar e repetência, baixo nível de ensino, pouca produtividade escolar, escolas desaparelhadas, falta de bibliotecas, laboratórios experimentais e outras instrumentações que pudessem tornar o ensino mais atraente e mais condizente com a realidade e as necessidades da população local.

Todos os velhos problemas educacionais das décadas de 60 e 70, continuaram e continuam existindo e isso impede o desenvolvimento dos municípios do Baixo Tocantins e outras micro-regiões do Estado do Pará, de superarem o estágio de total subdesenvolvimento econômico-social e cultural.

Como vimos, os primeiros Encontros de Educadores do Baixo Tocantins começaram de cima para baixo, convocados pelas prefeituras, pela Delegacia Regional do Ministério da Educação e Cultura, e Universidade Federal do Pará, através de seu serviço de Extensão. Eram encontros tímidos, pois o país ainda estava sob o regime militar, quando as mínimas liberdades políticas, sociais e educacionais ainda não haviam sido conquistadas. Por outro lado, pairava o temor e o medo, pois a repressão do Governador Coronel Alacid Nunes fora violenta sobre o movimento dos professores, ainda não permitia manifestações com maior cunho político que denunciassessem o arbítrio. A oposição que, debilmente havia contestado o regime, ainda lutava pelo retorno do "Estado de Direito" pela "democracia relativa".

Além dessas circunstâncias políticas, os professores ainda amargavam as derrotas sofridas, em 15 de outubro de 1979, quando a "Marcha pela Educação" foi reprimida e massacrada pelas forças policiais do Estado e a Presidente da APEPA fora humilhada com prisão, interrogatório capciosos no DOPS de Belém, pressão psicológica e coação moral, que, apesar da coragem e do espírito de luta da professora Ermelinda Garcia, refletiu negativamente sobre a moral de todos os professores. Segundo

depoimento do professor Miriquinho:

"No começo os professores não discutiram nem a sua participação do I Encontro. Eles foram convocados pelas prefeituras para o I Encontro de Educadores que se deu em Abaetetuba, em julho de 1980, sem saber muito bem do que se ia tratar".(Miriquinho, entrevista-1992)

No segundo encontro de Educadores, que ocorreu em Barcarena o movimento já toma a direção popular: quando os professores procuraram os prefeitos para obterem o apoio material para o II Encontro de Educadores do Baixo-Tocantins, já não iam apoiar um movimento que ia contestá-los e enfrentá-los. Ficou claro o panorama da luta: de um lado, estavam os professores em defesa da Educação representando as classes populares e de outro, estavam os prefeitos, representando os interesses da burguesia, querendo fazer da educação um cabide de emprego e um laço de clientelismo político-eleitoreiro. Quando os professores perceberam essa tática das autoridades municipais, através das Comissões Municipais e da Comissão Central, começaram a montar uma infra-estrutura capaz de dar sustentação material ao movimento, tornando-o independente da tutela das prefeituras.

No II Encontro de Educadores em Barcarena, surgiram as reivindicações dos professores no sentido de arrancar das autoridades soluções para os problemas educacionais da região:

- 1 - Assinatura da carteira de trabalho.
- 2 - Pagamento de salário mínimo.
- 3 - Pagamento de 13º salário.
- 4 - Pagamento do salário sem dia de atraso.
- 5 - Indenização quando houvesse dispensa sem justa causa.
- 6 - Desconto de 8% para o INPS.
- 7 - Atendimento dos casos de saúde pelas prefeituras e IPASEP.
- 8 - Construção de escolas e reaparelhamento das já existentes.
- 9 - Realização de cursos de capacitação para os professores leigos.

10 - Interiorização da UFPA com a construção do Campus Universitário em Barcarena.

Como se pode verificar, as questões salariais predominavam na pauta de reivindicações. Contudo as questões didático-pedagógicas não foram esquecidas.

O mais notável foi o caráter democrático do Encontro. Tudo era discutido exaustivamente, tanto nos grupos de trabalho, como nas plenárias e o Documento final era distribuído a todos os professores que participavam como Delegados dos seus municípios. Quando as Delegações retornavam, reuniam todos os professores municipais e estaduais e repassavam todas as informações do Encontro.

O IV Encontro de Educadores do Baixo-Tocantins se deu em Tomé-Açu, em julho de 1983, e o V se deu na cidade de Acará.

Desde o III Encontro que foram atacados 3 pontos fundamentais para a luta dos professores dessa micro-região:

- 1 - Melhorias salariais para professores municipais e estaduais.
- 2 - Realização de cursos de capacitação e de formação pedagógica dos professores.
- 3 - Realização de Cursos de formação política e sindical para os professores. Como requisito para a democratização de ensino e melhorias salariais, estava a união de todos os professores estaduais e municipais.

Os encontros de Educadores do Baixo-Tocantins deixaram de ser eventos festivos promovidos nas férias, para se tornarem fórum de discussão e reflexão sobre as necessidades e problemas que afetam a educação no Pará e no Brasil.

Um dos pontos básicos atacados foi encontrar estratégias para transformar as propostas que iam surgindo, em ação concreta. As comissões Municipais junto com as Associações que iam surgindo formavam Comissões de Negociações e iam às autoridades mostrar a necessidade do atendimento das reivindicações dos professores. Houve então enfrentamento entre os professores e os prefeitos municipais. Muitas vezes os prefeitos se negavam

a receber as comissões de negociação, para que as comissões fossem recebidas os professores até recorrerem a pessoas da comunidade, membros da sociedade civil organizada.

Como já mencionamos acima, a luta dos professores teve momentos de extrema tensão. Havia uma preocupação em não esgotar as possibilidades de negociação. Algumas vezes, havia recuos estratégicos e outras vezes, em momentos exaltados, houve até invasão do gabinete do prefeito, como foi o caso do prefeito de Abaetetuba. Só que o prefeito expulsou a Comissão do seu gabinete, sem atender às reivindicações dos professores.

Os Encontros de Educadores se davam nas férias de julho e para isso os professores, através das Comissões Municipais e Central, promoviam reuniões e cursos de preparação para os encontros. Os debates eram sobre temas políticos e pedagógicos em cima de autores como Paulo Freire (Pedagogia do Oprimido, Conscientização) e Moacir Gadotti (Educação para que e para quem?).

Estes estudos serviram de base para os Encontros, pois iam forjando a compreensão da conjuntura em que os educadores estavam vivendo e proporcionando a sua conscientização para a luta em favor da conquista dos seus direitos e contribuía para melhorar o nível da educação.

O V Encontro de Educadores do Baixo-Tocantins aconteceu em Acará, no mês de julho de 1984 e foi decisivo para o fortalecimento da luta dos professores. No Baixo-Tocantins, surgiram novas propostas de estratégias para o encaminhamento da luta, tanto nessa micro-região, como em todo o Estado do Pará. Estabelecendo uma comparação com o movimento de 1979, que praticamente só atingiu Belém e Abaetetuba, agora o movimento se encaminhará para a totalidade dos municípios do Estado.

No encerramento do Encontro após uma semana de profundas e profícuas discussões de encaminhamentos, em uma histórica Assembléia Geral, contando com a presença de mais de 600 professores-delegados dos 10 municípios de Baixo-Tocantins e de

representantes da FEPPEP e convidados especiais, foi decidido por voto direto que, de ora em diante, o Movimento de professores do Baixo-Tocantins não seria mais um movimento isolado, que combatia nas trevas e sozinho, no contexto estadual e nacional, como parte da organização de luta dos professores, mas, sim uma parte integrante do movimento em todo o Estado do Pará. Assim surgiu a FEPPEP Regional do Baixo Tocantins, congregando os professores municipais e estaduais de todos os 10 municípios daquela Micro-Região econômica. Foi um formidável avanço na organização da luta dos professores. Daí em diante, foram surgindo outras regionais que dilatam os movimentos nas zonas urbanas, como nas zonas rurais.

Um estudo sucinto do Movimento de professores nos mostra que o Estado do Pará apresenta uma diversidade muito grande. Por exemplo: As Micro-Regiões de mais fácil comunicação são tradicionalmente dominadas pelo cacicato político, espécie de curral eleitoral, dominados pelo favorecimento, troca de interesses, e clientelismo político. Por outro lado, tanto a Micro-Região das Ilhas e do Baixo-Amazonas são de difícil acesso e os meios de transporte mais usual ainda é o fluvial, o que dificulta a comunicação e mantém a dominação do clientelismo político. Os costumes tradicionais e conservadores também são barreiras que impedem os professores dessas áreas de se organizarem.

Já o Sul e Sudeste e o Baixo Tocantins, como vimos, são áreas de intensas migrações sob o impacto dos projetos Carajás e Albrás Alunorte e Porto da Vila do Conde. Os imigrantes maranhenses e goianos predominam nesses grandes projetos, mas a corrente de migrantes que mais contribuiu para o fortalecimento da organização dos professores na área da transamazônica, por exemplo foi a dos sulistas (paranaenses, gaúchos e catarinenses) que participaram da colonização dessa estrada na década de 70.

Não se pode falar de um movimento uniforme de profes-

sores. Há muitas tradições e divergências proporcionadas pelas distâncias continentais e pelas diferenças culturais de cada Micro-Região, que compõem o Estado do Pará.

Contudo, numa análise comparando o Movimento em 79 com o que se formou em 88, percebem-se mudanças substanciais. Comparando-se os elementos favoráveis e desfavoráveis ao Movimento já muitos resultados positivos, principalmente com as mudanças introduzidas na política sindical com a Constituição de 1988, que permite facilidades para a organização sindical dos servidores públicos em geral, e no Pará, com essa gama de experiências forjadas na luta dos professores no seu dia-a-dia dentro e fora da sala de aula.

EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO DE 1983 A 1988

Ressabiados da repressão sofrida em 1979 que resultou em um grande recuo da luta, os professores voltam e se movimentam no início de 1983. Com o reinício do ano letivo e volta às salas de aula, os professores começaram a se inquietar.

As Associações de professores começaram a ter suas diretorias questionadas. Não era suficiente para os professores terem água e cafezinho durante o recreio. Começaram a sentir que o arrocho salarial do final do governo Figueiredo, em sintonia com o governo Alacid Nunes (no seu segundo mandato), era insuportável. O que ganharam já não condizia com as necessidades básicas.

A luta foi se articulando cuidadosamente e até se chegar a se externar, nas passeatas de rua, se faz muita discussão. A pauta de reivindicações foi sendo construída nas várias reuniões de Assembléias Gerais, nos encontros com autoridades educacionais e líderes sindicais, que começavam a surgir na época.

Assim é que durante os meses de abril e maio de 1983, foram feitas várias reuniões de professores no Instituto de Educação Deodoro de Mendonça. Tais reuniões foram promovidas por Associações de professores e demonstravam a grande preocupação em construir uma entidade representativa dos professores, uma vez que a APEPA, após o massacre de 1979, cometido pelas forças de repressão do governo Alacid Nunes, encontrava-se desarticulada.

Havia uma discussão acirrada em torno de uma questão fundamental: reativar a associação dos professores do Estado do Pará ou criar uma Federação de Associações. O que se sentia era a necessidade de uma entidade forte e representativa, que pudesse encaminhar de forma coerente os anseios dos professores, em busca de soluções para os gravíssimos problemas de salários,

condições de trabalho e da qualidade do ensino paraense. A discussão amadureceu a idéia de se construir uma Federação de Professores, porque muitas das Associações ainda eram festivas e beneficentes e estavam ocupadas por diretorias que não se enquadravam no Movimento dos professores, eram pelegas e festivas, bajuladoras das diretorias das escolas.

Contudo, já não se pensava em cair no erro de criar uma entidade sem que fosse pela base. Assim ainda em maio, foi escolhida em Assembléia Geral uma Comissão Central para encaminhar o Movimento reivindicatório dos professores.

Em junho de 1983, feita uma grande mobilização dos professores, foi realizada uma massiva Assembléia Geral no dia 18, no Ginásio do Instituto de Educação do Pará, onde foi decidida a seguinte pauta.

"1 - Renovar a Comissão Central do Movimento, já que alguns membros eleitos para essa Comissão não tinham assumido as responsabilidades para as quais foram escolhidos. O número de membros foi aumentado de 18 para 21 integrantes.

2 - Foi aprovada também uma pauta-base com 14 pontos listados.

3 - Foi marcada nova Assembléia Geral para o dia 18 de agosto, onde foram aprofundadas as discussões tiradas dentro das escolas.

4 - (inlegível no documento)".

Durante o mês de julho o movimento não ficou de férias. A Comissão Central do Movimento dos professores participou do Encontro da S.B.P.C e contactou com representantes da Confederação dos Professores do Brasil, que se mostraram solidários para com a luta dos professores do Pará e convidaram o movimento para participarem de um Congresso da CPB em Manaus. Não há informações sobre a participação ou não do movimento nesse Congresso.

A comissão Central elaborou um boletim informativo que foi distribuído à categoria em agosto e realizou contatos com a SEDUC, solicitando ao Secretário de Educação e Cultura autoriza-

ção para entrar nas Escolas livremente e promover discussões com os professores.

No dia 13 de agosto, foi realizada nova Assembléia Geral no Ginásio do Instituto de Educação do Pará, que contou com a participação do professor Gumercindo Milhomem Neto, presidente da APEOSP — Associação dos Professores do Estado de São Paulo que veio à Belém, a convite da Comissão Central, dar seu apoio à luta dos professores paraenses.

Durante todo o mês de agosto, os professores promoveram a discussão do conteúdo das reivindicações nas escolas. A Comissão Central, devidamente respaldada na autorização concedida pelo professor Eriberto Venturine, Secretário de Estado de Educação, visitou as Escolas promovendo seguidas reuniões para ouvir os professores e com eles discutir os problemas da educação e encontrar soluções. O panorama das salas de professores era outro. Ganhou um novo visual, com cartazes e panfletos conclamando os professores para a luta. As conversas entre os professores eram em torno das possibilidades de ganhos e vitórias. Na mesma Assembléia Geral foi aprovada a pauta de reivindicações ao Vice-Governador Laércio Franco, em exercício, contendo as 14 reivindicações dos professores. Este político, tentando ganhar tempo, cuidou em marcar uma audiência com o Governador Jäder Barbalho, que sabendo que os professores tinham marcado o dia 18, para entregar-lhe o documento reivindicatório, viajou para Brasília. Laércio Franco mostrou-se atencioso e cheio de boa vontade para com as reivindicações dos professores, considerando-as "justas e procedentes".

Sem nenhuma resposta do Poder Executivo, em um grande Ato Público, os professores entregaram ao governador Jäder Barbalho, no dia 25 de agosto, outra cópia do documento entregue ao Vice-Governador Laércio Franco. Barbalho recebeu da comissão de Negociações o documento dos professores e tentou mostrar-se solidário à luta dos professores, disposto a atender as suas reivindicações, mas recebeu muito mal a Comissão de Negociação,

recusando-se a sentar à mesa e discutir o documento com calma, considerando-se que o mesmo mereceu apurados estudos e debates por parte dos professores.

Em apenas cinco minutos e de pé, decidiu que não poderia atender as reivindicações econômicas dos educadores, enumerando uma série de penalizações de que o Estado era vítima, por parte do governo federal.

A comissão de negociação não aceitou tais argumentos, pois muito mais que o Estado, estavam os professores penalizados em seus salários e seus direitos, há muito tempo.

Após a reunião a comissão dirigiu-se aos seus companheiros que, ao sol de meio dia, aguardavam ansiosos, na praça D. Pedro II, uma decisão do governador. A comissão comunicou aos professores que Jáder Barbalho concordou em:

- 1 - Doar uma sede para o Movimento dos Professores.
- 2 - Formalizar a criação de uma comissão paritária entre "técnicos" do governo e professores, para encaminhar um novo Estatuto do Magistério.
- 3 - Concordou em readmitir os professores demitidos na greve de 1979.
- 4 - Reconheceu a Comissão Central como entidade Máxima do movimento dos Professores.

No panorama político nacional já vinham surgindo alguns sinais de abertura democrática. Nas eleições de 1982, haviam surgido alguns candidatos considerados menos piores como Jáder Fontinelle Barbalho e Romero Ximenes. Este último fora presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pará-ADUFPA, e um dos principais articuladores das greves universitárias de 1980-1982. Parecia ser, pela sua formação política e luta pelos direitos profissionais dos docentes de nível superior no Pará e no Brasil.

Por outro lado, Jáder Barbalho, ex-deputado federal, tonara-se famoso no cenário político nacional por ser um deputado muito combativo da oposição (MDB), que havia apresen-

tado seu projeto de lei nº 1891, rejeitado no Congresso Nacional que estabelecia o salário profissional Nacional para os professores de todo o Brasil.

Barbalho Governador e Ximenes Deputado Estadual, eram dois políticos vistos como elementos capazes de resolver os problemas educacionais do Estado.

Os professores logo descobriram o erro que cometeram, elegendo tais políticos. Nas passeatas os educadores confessavam seu erro, gritando as seguintes palavras-de-ordem: "o povo o elegeu, mas já se arrependeu". Triste confissão de culpa.

Em 27 de agosto de 1983 os professores se reuniram em Assembléia Geral no Ginásio do Instituto de Educação do Pará para discutir as respostas do governador às suas reivindicações. Decidiram não aceitar as desculpas do governador para não atender aos professores e resolveram marcar um novo encontro com elel no dia 02 de setembro, para tentar sensibilizar o governador face o deplorável estado de penúria do professorado. Decidiram também por uma GREVE BRANCA no dia 1º de setembro, para os professores discutirem em sala de aula os problemas educacionais e agilizar a mobilização nas escolas pela retomada das negociações. No instituto de Educação Deodoro de Mendonça os professores realizaram a FESTA DO ALERTA para arrecadar fundo para o movimento.

No dia 02 de setembro, às 9:00 horas da manhã, cerca de 15.000 professores se concentraram na praça da República, em frente à Secretaria de Educação. A comissão de Negociação chegou a conversar com o Secretário de Estado de Educação Eriberto Venturine que, em longa entrevista, mostrou-se solidário ao Movimento dos professores, afirmando "ser professor e estava Secretário", logo estava na luta também.

Da Secretaria de Estado de Educação saiu a grande passeata ganhando as ruas rumo ao Palácio do Governo, conduzindo o "Caixão da Fome", simbolizando o estado de minguido do salário do professorado. A "Marcha da Educação" foi acompanhada ao som

da Marcha Fúnebre de chopim.

De repente um trabalhador menos atento, sempre envolvido pelo que fazer o diário, tomado que foi pela alienação imposta, já quase coisificado pela rotina de ir

"pro seu trabalho todo dia sem saber se é bom ou se é ruim".(Raul Seixas,1973)

se deparou com uma gigantesca passeata que congestionou a Avenida Nazaré e a rua Assis de Vasconcelos. Uma multidão de 15.000 pessoas portando faixas e cartazes, com muito entusiasmo gritava palavras-de-ordem:

"O povo o elegeu,
Mas já se arrependeu".

— O que será que estaria acontecendo? Quem ocupou a rua? Quem são esses baderneiros? pergunta o trabalhador assustado e alienado.

Da esquina da rua Dr. Moraes, onde estava postado o Batalhão de choque da polícia Militar, saiu um Coronel PM cisudo, cara de mau e se aproxima da franzina professora Maria do Céu, que conduzia um cartaz feito em papelão onde se lia:

"O povo apanhou,
Mas não se entregou".

O coronel olha para Maria do Céu tentando intimidá-la com sua cara feia, arranca-lhe o cartaz de sua mão e lhe pergunta:

— Quem é o responsável por esta baderna? Quem organizou vocês?

A professora, mesmo assustada, mas confiante, olhando-o de frente, responde-lhe secamente:

— A fome, Coronel, a fome!

E era a fome mesmo. A maior deteriorização salarial dos trabalhadores começou com o arrocho imposto pelos governos militares, comprometidos com a burguesia internacional. No Pará o achatamento salarial já era grande em 1979, por ocasião da

primeira grande greve dos professores. O governo Alacid Nunes e o Secretariado de Estado de Educação e Cultura Dionísio Hage, "tirano de aldeia de plantão na SEDUC" se encarregaram de agilizar a institucionalização do caos na Educação no Estado do Pará.

Na esfera federal, o Presidente João Figueiredo havia decretado uma "economia de guerra" e no Pará o governador biônico Alacid Nunes estava em sintonia com o governo federal. Para "racionalizar" a administração Dionísio João Hage resolveu acabar com os "privilégios" dos professores de 2º grau da Fundação Educacional do Estado do Pará-FEPPEP. Através de um projeto de lei do executivo, o Legislativo aprovou a transferência daqueles professores da FEPP para a SEDUC. É que estes professores haviam conquistado na luta alguns direitos, como pagamento de 13º salário, já que eram regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho — CLT. Transferindo-os para a SEDUC, através de "idenizações" estes professores passaram a ser estatutários, sem direito de sindicalização, de greve ou de idenização, quando demitidos sem justa causa.

O arrocho salarial, a miséria, a fome que pressionava os professores e demais trabalhadores, o descaso pela educação, foram os fatores geradores, o embrião da organização democrática dos professores. Além da fome e da miséria a que foram relegados os professores públicos do Estado do Pará, havia também um despertar geral da sociedade brasileira, que exigia a redemocratização do país e a convocação de uma Assembléia Constituinte.

A imensa multidão na rua que assustou ao trabalhador que ia para seu emprego, era a consequência da organização do trabalhador em Educação. Era a chamada "Marcha da Decisão". Esses 15.000 professores, a maior passeata que já se realizou em Belém do Pará, iam cobrar do governador Jader Barbalho a resposta ao conjunto de reivindicações contidas nos 14 pontos constantes do Documento a ele entregue, ao qual prometeu dar uma

resposta depois de estudá-lo com carinho".

No dia 05 de setembro de 1983, a comissão Central se reuniu por 10 horas seguidas para preparar-se para o encontro com o Governador pois a expectativa era grande. Aguardava-se que dela surgisse a perspectiva do Governador a prestar uma contra proposta razoável que pudesse ser discutida pelos professores.

No dia 06, antes do início da reunião no palácio Lauro Sodré, a Comissão de negociação solicitou a retirada de dois deputados estaduais do PMDB: Gabriel Guerreiro e Aldo Almeida, pois a reunião teria caráter reservado entre a comissão de professores e o Governador, já que citados deputados nunca demonstraram qualquer simpatia ou disposição de apoio ao Movimento dos Professores e isto era sintoma de desconfiança da participação dos dois parlamentares nas negociações.

A decepção dos professores foi grande. Esperavam ouvir do secretariado de governo uma contra-proposta à pauta de reivindicações e o que ouviam, era uma série de explicações dos secretários de Educação, Fazenda e Planejamento tentando convencer os professores que "o Estado é pobre", como já tentara provar em 1979, o Governador Alacid Nunes, para responder que não poderia atender às reivindicações dos professores, apenas reafirmando os ganhos que já sabiam estarem garantidos nas negociações anteriores.

Sobre os reajustes salariais pretendidos pelos professores o secretariado foi taxativo em afirmar: "Não podemos atender".

A reunião esteve muito longe de ser de negociação. As informações eram desencontradas e os números contraditórios, inclusive quanto ao número de professores que para a SEDUC era de 47.000 e para a SEAD era 43.000.

Como a reunião chegou a um impasse com o secretariado, insistindo em não propor alternativas que apontassem o caminho do atendimento total ou parcial das reivindicações dos educadores a comissão, após rápida consulta a seus membros, resolve

retirar-se marcando para o dia 12 de setembro a data em que os educadores iriam ao Governador receber uma resposta, conforme decisão da Assembléia Geral dos professores.

No dia 12 de setembro os professores voltaram ao palácio, mas o Governador ali não estava. Enquanto os professores aguardavam o Governador em frente ao Palácio Lauro Sodré o mesmo despachava com seu secretariado na residência governamental na Avenida Magalhães Barata, em total desrespeito aos professores.

A resposta do Governador foi uma ardilosa "carta" enviada aos professores contendo argumentações falhas, mentiras e acusações, tentava justificar a recusa em atender o pleiteado reajuste salarial dos professores, "por falta de verbas".

Por outro lado, o Governador declarou pela imprensa, rádio e televisão que a Comissão Central e a Comissão de Negociações estavam "infiltrados de elementos estranhos" pertencentes ao Partido dos Trabalhadores e ao Partido Democrático Social, cuja finalidade era "descentralizar o seu Governo", em uma postura deplorável para um chefe de estado eleito pelo voto popular.

Não adiantou a Comissão Central negar em carta à população essas acusações infundadas. Para Jáder Barbalho tratava-se de "agitadores perigosos". Como se vê, um governo do PMDB, que se dizia defensor dos interesses populares, na realidade usava o mesmo discurso da ditadura militar, quando surgiam líderes populares que expressavam as aspirações do povo.

A prática mostrava que os governantes que representavam a classe dominante, não admitem que o povo tenha voz e que surjam líderes populares. Os governantes não admitem o surgimento de líderes trabalhadores ou comunitários pois os consideram perigosos para as massas. Acusam esses líderes de só quererem "agitar" e para os governantes esse é "perigoso" para a segurança nacional.

Mas, para as classes populares esse fenômeno é extre-

mamente gratificantes, é animador, pois é sinal de que o povo já não é mera peça na máquina que produz riqueza, não é uma simples força produtiva que deve agir mecanicamente. Houve a ação pedagógica e o trabalhador deixou de ser massa de manobra para se tornar povo.

No dia 17 de setembro, os professores se reuniram em Assembléia geral no ginásio do Instituto de Educação do Pará para saber os rumos do Movimento. Nesta Assembléia foi decidido o seguinte:

- 1 - Declarar a categoria em "Estado de Greve".
- 2 - Preparar as bases com os professores nos bairros para uma paralização, caso o Governador não atendesse aos professores.
- 3 - Lançar uma "carta à população" pedindo apoio ao Movimento dos Professores.
- 4 - Marcou nova Assembléia, para o dia 1º de outubro para decidir sobre a greve.

Após as decisões desta Assembléia, de optar pela greve, começa a repressão do governo sobre o movimento dos professores. O Secretário de Educação revogou a autorização que havia dado aos professores permitindo-lhes visitarem as escolas para difundir e organizar o Movimento.

A Comissão Central avistou-se com o Secretário de Educação e este não cumpriu a promessa. Daí em diante, os professores não acreditaram mais no Secretário de Educação, ficando profundamente decepcionados.

O ginásio do Instituto de Educação do Pará, até então palco de grandes Assembléias, onde foram decididos os rumos da luta dos trabalhadores em educação foi negado. A comissão Central recorreu a outras escolas estaduais, que também foram negadas.

Recorrendo a outras entidades a comissão central contactou a paróquia da Igreja Aparecida que se prontificou em ceder as dependências do salão Paroquial onde se realizou a histórica Assembléia geral onde se decidiu pela greve geral da

categoria, como último recurso e instrumento de pressão sobre o governo pelo atendimento das reivindicações dos professores.

Outro ato de repressão praticado pelo Estado contra os professores, aconteceu no dia 03 de outubro, quando o Secretário de Estado de Educação, à frente de um pelotão da polícia militar, ordenou a expulsão do comando de greve e da Comissão Central do Instituto de Educação Deodoro de Mendonça. O Secretário nesse momento, se descaracterizou como tal, e assumiu a postura de delegado de polícia.

Daí em diante, iniciou-se uma verdadeira onda de violenta repressão: O Secretário de Educação e seu pelotão de polícia visitava as escolas, ordenando a prisão de alunos, rasgando cartazes, aterrorizando professores e diretores em reuniões fechadas. Formou-se um clima de guerra entre as duas partes.

No dia 06 de outubro, realizou-se outro ato Público em frente o Palácio Lauro Sodré, sendo a comissão de negociação recebida pelo Vice-Governador Laércio Franco, uma vez que o Governador estava viajando, isto se deu depois de esperarem desde as 10:00 horas até as 16:00 horas. Ao mesmo tempo, os professores ocuparam pacificamente os plenários da Câmara de Vereadores no Palácio Antonio Lemos e da Assembléia Legislativa no Palácio Cabanagem, tentando sensibilizar os parlamentares para darem apoio à luta dos professores.

A Comissão de negociação foi recebida pelo prefeito de Belém, Said Xerfam, que prometeu reunir-se com suas equipes de trabalho para corrigir as distorções existentes no ensino municipal.

No mesmo dia Laércio Franco prometeu uma audiência para os professores marcada para o dia 13 de outubro as 12:00 horas.

No dia 07 de outubro os professores reuniram-se outra vez no salão da Igreja Aparecida e decidiram continuar a greve, realizar reuniões nos bairros para conseguir apoio da comu-

nidade.

No dia 13 de outubro como estava marcada a comissão de negociações foi ao Palácio, mas o Governador recusou-se com as diretoras de escolas, onde ele e seu secretário insistiam em descontar os dias parados do salário dos grevistas, em vez de aumentar, como o Governador não mais quis receber a comissão de negociações, os professores decidiram criar uma comissão intermediária formada por parlamentares, membros da Igreja e Sindicatistas, tentando criar condições para reabrir as negociações e o Governador negava-se em receber essa comissão dizendo que não representava os professores. O que se observava era falta de interesse e um desrespeito muito grande para com os professores.

Afirmava que só voltaria a negociar se os professores suspendessem a greve.

No dia 15 de outubro os professores reuniram-se outra vez no salão paroquial da Igreja Aparecida e ingenuamente acreditando na palavra do Governador resolveram encerrar a greve.

Dentro das escolas aguardavam que o Governador cumprisse o que prometera, de reabrir as negociações "verificar a possibilidade de atender as justas reivindicações da categoria".

Esperava-se a boa vontade do Governador em reabrir negociações e cumprir o que havia prometido: salário mínimo para as professoras de 1º grau, concessão de um prédio para o Movimento, readmissão dos professores demitidos na greve de 1979 e não desconto dos dias parados durante a greve.

Uma análise do documento consulta do (Boletim), mostra que, do ponto de vista da categoria, o Movimento saiu com alguns ganhos, como por exemplo:

1 - Concessão de salário mínimo para a professora primária. A greve definiu esse direito.

2 - readmissão dos professores demitidos em 1979, considerando um grande ganho para o professorado, pois os professores, naquela manifestação, foram punidos pelo fato de lutarem por

seus direitos funcionais e pela melhoria do ensino público Estadual, não sendo justa a demissão.

3 - Formação de uma Comissão Paritária composta de professores e técnicos da SEDUC, para elaborar o novo Estatuto do Magistério que, de fato, atendesse aos interesses da Educação e dos educadores. Trata-se de importantíssima conquista, pois através do novo Estatuto puderam ser corrigidas gravíssimas distorções no magistério, como por exemplo, a implantação do quadro de carreira do Magistério, assegurou-se a conquista da hora atividade, e falava-se também em eleições diretas de diretoras.

4 - Doação de um prédio público para o funcionamento da FEPEPP, fundada em dezembro de 1983.

5 - União e organização da categoria, recuperação da dignidade profissional, redefinição do papel do professor no processo educacional, na escola e na comunidade rompendo com a submissão, a subserviência, o conformismo e a alienação imposta.

6 - A greve serviu para que os professores descobrissem e conquistassem a comunidade, que, descobrindo através de denúncias dos professores a precariedade do ensino, passou a apoiar ativamente o Movimento, o que tanto fortaleceu a luta como também contribuiu para o estabelecimento de novas relações sócio-educacionais entre a escola e a comunidade.

7 - Formação de uma Comissão Central, o que fortaleceu a luta dos professores com o surgimento de uma direção dinâmica, pois esta Comissão Central foi formada democraticamente, através de eleição por Assembléias Gerais, o que tornou o Movimento combativo e conseqüente, estimulando a participação do professorado em todo o processo de decisão e encaminhamentos da luta.

Os professores começavam a encontrar a forma de luta, de organização e de participação consciente na defesa da educação e dos direitos assegurados, ou não, em leis, em direção às transformações sociais que eliminem as distorções do sistema capitalista.

Nos dias 2, 3 e 4 de dezembro de 1983 foi realizado o

histórico I Congresso Estadual dos Professores, no ginásio do Colégio Nazaré. Foi feita uma grande mobilização conclamando o professorado a participar do mesmo como Delegados por suas escolas. A escolha dos Delegados foi feita de forma democrática, com a escolha das principais lideranças que foram surgindo ao longo da organização e desenrolar da greve de 1983. As comunidades, os pais de alunos tiveram papel importante na escola e eleição dos Delegados, inclusive escolhendo os delegados comunitários.

Depois de muita discussão, tanto nas comissões como nas plenárias parciais, na final, foi fundada a Federação dos Professores Públicos do Estado do Pará - FEPPEP. Os professores saíram do Congresso com um sentimento de vitória. Contudo, o Movimento se fracionou, vários líderes que foram os responsáveis pela organização do movimento, foram alijados por outros ativistas que foram se firmando como novos líderes.

Uma crítica feita ao movimento é de que houve "patrulhamento ideológico", sectarismo de alguns líderes que se aprofundaram no estudo de uma concepção teórica para o movimento sobre os que não seguiram esse caminho e não conseguiram romper com todo o forte esquema de alienação e coisificação impostas ao professorado no período da ditadura militar, isto se deu através da troca de favores, do clientelismo político, da repressão e da "ideologia da segurança nacional" forjada pela Escola Superior de Guerra.

Entre os anos de 1984 e 1985, a organização dos professores sedimentou-se. Os Congressos, as assembléias gerais, e o surgimento de vários grupos de estudos como o "Práxis", o "Movimento", os debates contribuíram decisivamente para melhorar o aprendizado político da categoria. Surgiram muitas discussões e debates em torno de questões políticas. Os que compreenderam o momento histórico vivido pela categoria nesse período permaneceram. Entretanto, houve muitos que não entenderam e se afastaram. Outros sentiram-se traídos em suas idéias e enganados pelos

companheiros e silenciaram.

No entanto, o movimento evoluiu no sentido da luta. A FEPPEP através de sua diretoria, tendo como presidente o professor Edmilson Rodrigues, jovem, inteligente e dinâmico, soube conduzir a entidade com coerência e sabedoria. A partir de julho de 1984, com a fundação da FEPPEP regional do Baixo Tocantins, foram sendo organizadas outras regionais, destacando-se as de Santarém, Altamira e, por último, a grande Regional Belém, fundada em 1987.

Do conjunto dos 14 pontos constantes do Documento entregue ao Governador Jáder Barbalho, no dia 18 de agosto, a FEPPEP partiu para novos encaminhamentos políticos, econômicos e sociais. A partir da Grande Marcha da Decisão de 1983, quando o Governador não atendeu a todas as reivindicações, tornava-se consciência de que o Movimento só estava começando. Se os 15.000 trabalhadores da educação voltaram para casa decepcionados, não se desanimaram. Já no 3º Congresso Estadual da FEPPEP, em 1984, foram arroladas novas reivindicações. Em face da atitude do Governador achar "justas" as reivindicações dos professores, mas deixando de atendê-las por "falta de verbas", os professores, através da FEPPEP e da Comissão Paritária, partiram para a consecução do projeto do novo Estatuto do Magistério.

Depois de inúmeras articulações, reuniões, discussões e debates, ficou pronto o novo projeto do Estatuto do Magistério. Nele se incluíam:

1. Carreira do Magistério, com ascensão vertical e progressão horizontal.
2. Gratificação de Magistério, de 20% sobre a carga horária total do professor (pó de giz).
3. 20% de gratificação de direção de classe.
4. Promoção bienal com 5% de reajuste.
5. 100% de gratificação de grau superior.
6. Aposentadoria aos 25 anos de atividade efetiva.

Eram propostas reais que corrigiriam todas as distor-

ções existentes no Magistério paraense, se aprovadas pelo Legislativo na sua íntegra, o que, no entanto, não aconteceu, como veremos depois.

É interessante destacarmos aqui que a categoria de professores usou um argumento muito forte e valioso na justificativa de suas reivindicações: o Projeto de Lei nº 1.891, apresentado em 1979, no Congresso Nacional, pelo então deputado federal Jáder Barbalho, contido no seu livro Guerras a Vencer, página 104. Este Projeto de Lei, discutido e aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Educação, na Comissão Econômica, foi rejeitado pelo plenário da Câmara e arquivado por ser de autoria de um parlamentar do PMDB, "partido de oposição", uma minoria no Congresso Nacional.

O tal Projeto de Lei nº 1.891, dispunha sobre um "salário nacional profissional dos professores" e "dava outras providências". Com base no salário mínimo regional (o salário mínimo ainda não era unificado), os professores teriam os seguintes salários:

1. Professora leiga: 1 salário mínimo, por uma jornada de 4 horas de trabalho diário.
2. Professora graduada no curso de Magistério: 4 salários mínimos, por 4 horas de trabalho diário.
3. Professora de 1º e 2º graus com Curso Superior: 6 salários mínimos.
4. Professor universitário: 12 salários mínimos.

E mais:

1. Gratificação de 25% por trabalho noturno.
2. Gratificação de 25% por aulas suplementares.
3. Jornada de trabalho de 4 horas diárias, seguidas de um intervalo de 6 horas.
4. Aposentadoria para todos os professores aos 25 anos de trabalho efetivo.

Como se observa, para a época foi de tal maneira que foi considerado demagógico.

Quando, pela primeira vez foi mostrado pelos professores ao Governador que as reivindicações dos mesmos eram em muitos pontos coincidentes com seu Projeto de Lei, ele desconvendeu, alegando que não se podia usar seu trabalho parlamentar uma vez que fora rejeitado e arquivado pelo Congresso Nacional e por isso mesmo não poderia servir como parâmetro para as reivindicações dos professores. Houve insistência de parte dos educadores, pois, ingenuamente, se acreditava que o ex-deputado, agora pelo voto popular Governador do Estado, tivesse a sensibilidade e interesse em atender as reivindicações dos trabalhadores da Educação e se propusesse em resolver os problemas salariais e pedagógicos dos professores do Pará. No entanto, sua resposta aos argumentos dos professores eram sempre a mesma:

"O Estado é pobre e não dispõe de recursos para atender os professores."

Mas tentava contemporar, prometendo

"atender, se pudesse"

Vemos aí uma grande contradição de um parlamentar de um partido,

"Único capital político de oposição consentida por onde as oposições e os próprios trabalhadores podiam encaminhar suas reivindicações" (Dantas, 1990: 274).

Esse "partido", na realidade é mais uma "frente" do que realmente um partido político. E como tal, não é de se surpreender que um parlamentar assim proceda. Mas a falta de experiência política (não se trata de falta de visão política), levou os professores a acreditarem que o Governador pudesse ser coerente ao sair do parlamento para ocupar o cargo de chefe do Executivo Estadual. Como parlamentar, propunha um piso profissional nacional para o Magistério de todo o Brasil e agora, como Governador de Estado, negava-se a conceder um salário digno apenas aos professores do seu Estado.

Aliás, sobre piso nacional profissional para o Magis-

tério, as oposições e representações populares asseguraram na Constituição de 1988, esse direito aos professores, faltando apenas sua regulamentação pelo Congresso Nacional.

Depois de muitas pressões e debates, o Governador se constrangeu e enviou o Projeto de Lei do Estatuto do Magistério à Assembléia Legislativa. Aí o projeto cuidadosamente debatido e aprovado nas bases do Movimento sofreu, por recomendação do Governador, muitos cortes de até 50% com perdas significativas para o Magistério e para os profissionais da educação.

O quadro de vencimentos ficou assim:

1. Foram criados dois Quadros de Servidores, um permanente e outro temporário.
2. Corte nos percentuais que frustraram os trabalhadores da educação profundamente, tanto para um como para outro Quadro.
3. Foram criados 10 referências horizontais e 6 níveis, como se poderá ver nos anexos 1 e 2.

As duas tabelas acima referidas tratam de uma jornada de trabalho de 100 horas mensais e não incluem as gratificações. Estas não deverão ser incorporadas aos salários dos trabalhadores da educação.

A aprovação do Estatuto do Magistério pode ter duas interpretações: pode ser um gesto malicioso da Assembléia Legislativa, cujos deputados em final de mandato aspiravam a reeleição, com o voto em potencial dos professores, bem como pode ser visto como um engodo da burguesia, que ao aprovar, via legislativa, o Estatuto do Magistério, visava a desmobilização do Movimento dos Professores, pois é fácil aos governantes descumprir as leis que eles mesmos fazem.

Para o Movimento de Professores, a aprovação do Estatuto do Magistério representou um grande avanço, tanto para os trabalhadores da educação estadual, como para os municipais.

Contudo, o Governador do Estado Jäder Barbalho, usou outra arma nociva contra os professores. Ainda não havia cessada a euforia pela aprovação do novo Estatuto do Magistério, e os

trabalhadores da educação marcaram nova audiência com o Governador do Estado, para tratarem do cumprimento da lei recém-aprovada pela Assembléia Legislativa. Reunindo-se com a Comissão de Negociação, o Governador, alegando mais uma vez a "falta de verbas", pois "o Estado é pobre", praticamente impôs aos professores um "acordo", pelo qual o Estatuto do Magistério seria cumprido, na sua parte econômica, em 2 anos, estabelecendo o pagamento aos professores dos novos salários em 10 parcelas iguais e trimestrais. Os professores, protestando, constrangidos e sem outros meios para se imporem ao Governador, "aceitaram" o tal "acordo". "É melhor do que nada", analisavam e ponderavam os trabalhadores da educação do Estado.

Analisando a atitude do Governador Jáder Fontenelle Barbalho e o nosso referencial teórico, verificamos que o seu procedimento não poderia ser outro, posto que, como representante do Estado burguês, aliado ao capitalismo internacional, esse Estado não tem nenhum interesse em que os trabalhadores da educação se organizem para construir uma escola que atenda aos seus interesses. O Estado não tem interesse em que a educação seja de boa qualidade para os filhos dos trabalhadores.

Os filhos dos trabalhadores, segundo os interesses capitalistas, devem ser imediatamente compelidos a ingressarem no mercado de trabalho, para que vendam sua mão-de-obra por um preço barato, para poder sobreviver. Servindo como mão-de-obra barata, explorados até a exaustão, sem consciência política e de classe, este trabalhador submetido à alienação, servirá à exploração capitalista mais docilmente.

Por outro lado, o Governador, como representante da burguesia, só pôde agir dessa maneira. Atender as "justas" reivindicações dos trabalhadores da educação, seria contrariar a concentração de rendas nas mãos da burguesia que afirmava ser necessário: "primeiro aumentar o 'bolo' econômico para depois reparti-lo com um número maior de comensais". Para mascarar sua posição burguesa, o Governador adotou uma postura populista:

adotou o paternalismo, visando atender aos professores na medida em que ele podia e não no que eles queriam.

Outro fato importante que não devemos nos esquecer, é que o sucessor de Jáder Barbalho, Hélio da Mota Gueiros, também do PMDB, não garantia o cumprimento do Estatuto do Magistério pelo Estado que legisla mas descumpre a lei, sem sofrer nenhuma sanção penal.

O PMDB já tinha dado provas de que enquanto esteve na oposição, se dizia representante do povo, mas, quando chegou ao poder, mostrou que não tinha compromissos com os trabalhadores, porém, representava uma frente de políticos burgueses.

A partir da posse do Governador Hélio da Mota Gueiros, em 15 de março de 1987, a organização dos professores enfrentou outros sérios contratemplos, bem diferentes dos anteriores. No governo de Jäder Barbalho houve muita repressão policial, perseguições políticas, contudo, no governo de Hélio Gueiros tudo piorou. O primeiro grande disparate veio no discurso de posse, quando afirmou enfaticamente ser um "baratista" convicto e que pretendia implantar no seu governo a "filosofia" daquele velho caudilho, há muito ultrapassado e já apagado pelo tempo.

O acordo imposto pelo então governador Jäder Barbalho, passou a ser a única arma que os professores dispunham, para ver cumprida uma política salarial capaz de compensar as perdas salariais anteriores. O cumprimento do Estatuto do Magistério, no que se referia às dez parcelas trimestrais pagas aos professores, não foi respeitado, embora tenham sido pagas duas parcelas, uma em fevereiro e abril de 1987. Daí em diante, o governador Hélio Gueiros, mandou sustar o pagamento das demais parcelas, alegando que o Estatuto do Magistério era inconstitucional no que se referia ao piso salarial vinculado ao salário mínimo, não passando de "um acordo de cavalheiros" entre a categoria dos professores e o ex-governador Jäder Barbalho. Era inconstitucional no que se referia ao piso salarial, porém não o era em relação às jornadas de trabalho e outras exigências de trabalho.

O governador se negou a negociar com os professores, dizendo que não se "rebaixaria" tanto assim. Diante da atitude intransigente do Governador Hélio Gueiros, no V Congresso Estadual da FEPPEP, surgiu a idéia de uma ampla articulação de toda a categoria de professores e de todos os segmentos ligados à educação, como diretores, orientadores, supervisores, para se promover uma forte pressão organizada para que o Governador cumprisse o Estatuto do Magistério no tocante à questão sala-

rial.

Assim, depois de várias tentativas frustradas de negociação com o Governo do Estado, os professores articularam uma greve estadual, que se deflagrou em março de 1988, por tempo indeterminado, visando não iniciar o ano letivo, enquanto o Governador não abrisse canais de negociação com os professores.

Foram feitas oito passeatas que terminavam em frente ao Palácio Lauro Sodré, na tentativa de levar o Governador a receber a Comissão de Negociação. Todas as tentativas foram frustradas. O Governador Hélio Gueiros ironizava e tentava ridicularizar os professores. Afirmava que os professores estavam sendo enganados pela Comissão de Negociação. Cantava:

"me engana
me engana
que eu gosto".

A Secretária de Educação, Terezinha de Moraes Gueiros, esposa do Governador, foi outra figura contraditória no meio dessa conjuntura política. Não tomava nenhuma decisão que minimizasse a forte tensão que foi se formando entre a categoria dos professores e o governo do Estado.

"o ódio revigora...

o ódio permanece com ou sem greve" (Silva, 1989: 18).

A indiferença, a pior manifestação frente àqueles que buscavam o diálogo, indubitavelmente aumentou a insatisfação geral dos professores.

A professora Terezinha Gueiros, quando iniciou-se no movimento grevista na UFPA, liderado por Romero Ximenes, era uma das principais ativistas das atividades paredistas. Depois, quando disputou a eleição para a Reitoria da UFPA, usou esse passado de militância política como argumentos de base para arrancar votos dos vários segmentos universitários para si. Agora, a professora Terezinha Gueiros, na qualidade de Secretária de Estado de Educação, tinha o mesmo procedimento de Jäder Barbalho, Franço Montoro e outros militantes do outrora "partido de oposição do período da ditadura".

Alegando falta de representatividade da Comissão de Negociação, o Governador não a quis receber. Na oitava passeata, os professores cercaram o Palácio Lauro Sodré. A tática foi chegar à Praça D. Pedro II, procedentes de várias direções, e não mais em uma maciça passeata. Rompendo o cerco policial, os professores penetraram no Palácio Lauro Sodré praticamente à força.

Junto com a Comissão de Negociação estava o deputado do PT, Edmilson Rodrigues, por quem o Governador já mantia acentuada antipatia, porque esse deputado, também professor, sempre foi solidário com o Movimento, participando de todos os eventos da luta dos professores.

O Governador afirmou que já havia cumprido o Estatuto do Magistério, no que foi incontinenti contestado por Edmilson Rodrigues. O Governador imediatamente chamou a Guarda Palaciana e mandou expulsar o deputado do Palácio, num gesto de arbítrio e violência. A Guarda Palaciana pegou o deputado como sempre faz quando prende alguém, agiu com extrema violência, pegando o deputado pelo cós da calça e pelo colarinho, suspendendo-o no ar para ser atirado na rua, desrespeitando sua imunidade parlamentar e sua dignidade de pessoa, cujo único crime era defender os direitos dos professores. O último gesto de desespero do deputado foi morder o dedo mindinho do policial.

O Governador permaneceu intransigente, prometendo que se os professores não pusessem fim à greve, puni-los-ia com severidade. Afirmava:

"se não aprenderam a se comportar com o Jäder Barbalho, comigo aprenderão."

Dizendo-se "baratista", pregava a "moralização" dos serviços públicos, o que na realidade fazia era mostrar sua truculência. Aliás, temos uma explicação para tal atitude: Hélio Gueiros sofrera punições durante o período da ditadura militar, quando teve seu mandato de deputado pelo PTB cassado. Agora, no poder, o velho político "baratista" ia à forra, punindo a quem

defendia os trabalhadores.

O Governador exigia o fim da greve imediatamente, ameaçando punir com violência aos grevistas.

O primeiro confronto violento entre os professores e o pelotão de choque da PM veio a ocorrer na Secretaria de Educação. Os professores marcaram uma audiência com a Diretora de Ensino de 2º Grau, Profª Nazaré Bessa. Desde cedo, o "SEDUCÃO" começou a ser tomado pelos professores. Com medo de dialogar com os professores, a Secretária de Educação chamou o Pelotão de Choque da PM "para proteger o patrimônio público".

Quando a Comissão de Negociação quis subir para o 2º andar do prédio da Secretaria de Educação, foi seguida por professores que queriam pressionar a Diretora de Ensino a receber a Diretoria da FEPPEP. Os PMs barraram o acesso da Comissão de Negociação e então começou a pancadaria. Os policiais, bem armados de cassetetes, massacraram os professores, tendo como resultado varios feridos, duas professoras sofreram aborto e um professor foi emasculado por chutes de coturnos dos PMs. Mas os professores não se acovardaram.

Na penúltima passeata os professores formando uma gigantesca multidão, romperam o cordão de isolamento de policiais fortemente armados, tentando entrar no Palácio para uma audiência com o Governador, obrigando a Guarda Palaciana a fechar apressadamente as portas do Lauro Sodré. O governador buscava um momento para atacar os professores e vencê-los. Isso só podia ser feito dividindo-os e no momento eles estavam unidos e mobilizados, contando com o apoio das comunidades e da sociedade em geral.

Os professores chamavam os alunos e pais de alunos e com eles debatiam as questões educacionais, obtendo deles o apoio moral, político e financeiro, através de contribuições para o Fundo de Greve. Toda a sociedade paraense estava na expectativa do desfecho do Movimento dos Professores. Dos mais longínquos rincões paraenses chegavam caravanas de professores

para dar apoio à Comissão de Negociação e pressionar o Governador para atender nas suas reivindicações: levá-lo simplesmente a cumprir a lei, o Estatuto do Magistério. E ele não se inclinava a tomar essa decisão.

Como último e extremo recurso de pressão, dois membros da Diretoria da FEPPEP, Luís Araújo e Carlos Forte, entraram em greve de fome, junto com centenas de professores, ocuparam o hall da Assembléia Legislativa. Uma profunda comoção tomou conta daqueles professores, que acompanhavam o gesto extremo dos dois companheiros.

O gesto foi apoiado por vários dirigentes religiosos das Igrejas católica, anglicana e batista. Era um apoio ecumênico de grande peso político. No parlamento, só dois deputados apoiavam os professores: João Batista, do PSB, e Edmilson Rodrigues, do PT, os demais tiravam a máscara populista e mostravam a serviço de quem estavam: da burguesia capitalista.

Os religiosos formaram uma comissão, junto com o presidente do Sindicato da Construção Civil, e tentaram uma audiência com o Governador, que não os recebeu.

Em vista de tanta intransigência do Governador, no quarto dia, os religiosos também decidiram entrar em greve de fome. O Governador, como todo caudilho, permanecia impassível. Ora citava trechos bíblicos condenando a greve, ora debochava deles pela televisão, afirmando que:

"na calada da noite os grevistas se alimentavam de suculenta sopa de cabeça de piramutaba e geléia de mocotó."

No quinto dia de greve, os dois líderes sindicais apresentavam visíveis sinais de problemas cardíacos. Centenas e centenas de professores montaram vigília em frente e dentro do hall do Palácio da Cabanagem.

O médico da Assembléia Legislativa que prestava assistência aos dois professores em greve de fome e aos religiosos, optou pela internação dos dois professores. Ambos têm configuração física franzina. São altos, porém, magros. Por outro lado, como professores, não se alimentam com glotonaria. Comem para

sobreviver, porque o salário é extremamente baixo. Agora, depois de 5 dias de greve de fome, apenas tomando água mineral, estavam profundamente abatidos, porém, confiantes no efeito político de seus atos extremos.

Às 11 horas da manhã, sob um clima tenso, carregado de emoção, uma ambulância chegou e os companheiros dos grevistas os conduziram, apoiando-os até o veículo. Os dois foram levados para uma clínica para serem examinados e medicados. Houve muito choro e principalmente revolta dos professores impotentes diante da afronta do aparelho repressivo do Estado.

A Praça D. Pedro II, em frente aos Palácios Lauro Sodré, Antônio Lemos e Cabanagem, estava praticamente transformada em praça de guerra. Todo o Pelotão de Choque da PM, treinado exatamente para agir nesses momentos contra os trabalhadores, ocupava toda a praça, fortemente armados com metralhadoras, cassetetes "tamanho família", bombas de gás lacrimogênio e cães amstrados. Os professores ocupavam a praça e, através do carro-som, discursavam sucessivamente, condenado a atitude do Governador de não cumprir a lei: o Estatuto do Magistério, que ele afirmava ser inconstitucional. Baseava-se em uma liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal, que considerava o Estatuto do Magistério inconstitucional, por vincular o piso salarial dos professores ao salário mínimo. Com a Constituição de 05 de outubro de 1988, tal liminar foi cassada, mas mesmo assim o Governador não atendeu às reivindicações salariais dos professores.

Com os dois líderes sindicais da FEPPEP hospitalizados, os professores entraram em um processo de grande desânimo, num clima de insegurança, tibieza e angústia, por não terem nenhum ganho de nenhuma natureza. Só ganharam cansaço e desgaste moral. Profundamente comovidos com o estado de saúde dos dois líderes do Movimento, os professores cederam. Em rápida Assembléia Geral realizada em frente ao Palácio da Cabanagem, os professores concordaram em suspender a greve e voltar ao

trabalho no dia 17 de maio, uma segunda-feira.

Surge mais um impasse: o Governador prometera negociar com os professores se eles voltassem às aulas no dia 12 de maio, quarta-feira. Foi um trunfo enganador que o Governador usou contra os professores. Ele queria mostrar que era o mandatário do Estado do Pará, investido de todos os poderes. Por isso mandou que os professores reiniciassem as aulas no dia 12 de maio e estes não o obedeceram.

Em vista disso, e sentindo que os professores saíram derrotados da greve nos seus propósitos, não recebeu a Comissão de Negociação, e iniciou um forte esquema de repressão sobre os trabalhadores da educação. A primeira medida foi suspender o pagamento de mais de 3 mil professores, no dia 25.05.88. Até aí, os professores que não haviam começado as aulas no início de março, como mandava o calendário escolar, vinham recebendo seus salários normalmente, mesmo estando em greve. O Movimento ganhou amplitude ao receber o apoio de diretores, supervisores e orientadores educacionais. Para punir também a estes profissionais, aleatoriamente demitiu 81 diretoras que haviam apoiado a greve.

Este golpe foi fata para o Movimento dos Professores. Sem mais as condições anteriores de unidade e solidariedade de toda a categoria, os professores foram tomados pelo desânimo, a frustração veio a seguir com o enfraquecimento da FEPPEP e de todo o Movimento no Estado.

FUNDAÇÃO DO SINTEPP

Os dois governadores do Estado não reconheceram a FEPPEP como uma entidade representativa dos professores do Pará. Afirmaram sempre que a sua Diretoria era composta de elementos que haviam se infiltrado no Movimento e responsabilizavam o Partido dos Trabalhadores por essa "infiltração". Aliás, esse argumento era só uma desculpa para o não atendimento das reivindicações dos professores. Como representantes da burguesia, representaram muito bem seus papéis. A prática mostrou que em todos os Estados do Brasil, onde o Movimento dos professores se fortaleceu e fez greves, os governadores do PMDB que ganharam a eleição de ponta a ponta do país, sempre agiram da mesma maneira. Pela televisão e pelos jornais os dois governadores, mesmo divergindo e brigando entre si, tinham um mesmo discurso. Declaravam "justas" as reivindicações dos professores, mas não as atendiam porque "o Estado é pobre". Em virtude de ainda estar em vigor a lei anti-greve do tempo da ditadura, que não permitia que os professores públicos entrassem em greve, com eles não negociavam estando em greve.

Mas, como já afirmamos anteriormente, esse argumento é falho. Representa apenas o descaso dos governos estaduais para com a educação.

Hélio Gueiros não recebeu a Comissão de Representantes de vários segmentos da categoria (ADEPA, AOEPA e ASEP) e dos religiosos que apoiaram a greve dos professores, alegando que essa Comissão não representava os professores. Trata-se de um argumento inconsistente, faccioso e falacioso, para "justificar" o não cumprimento do Estatuto do Magistério.

Entrementes, a Constituinte, por proposta dos constituintes mais progressistas, aprovou a sindicalização dos servidores públicos. Assim é que no VI Congresso Estadual da FEPPEP, realizado no período de 20 a 23 de outubro de 1988, os

professores, após uma ampla campanha nas escolas, reuniões e discussões nas bases, resolveram fundar um sindicato. No dia 23.10.88, às 16 horas, reunidos em Assembléia Geral, no Ginásio de Esportes da UFPA, cerca de 800 Delegados reunidos no VI Congresso Estadual aprovou a fundação do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Pará - SINTEPP, como órgão que representa legalmente a categoria de trabalhadores da educação no Pará.

As vantagens que há na transformação da FEPPEP em SINTEPP, são inúmeras, mesmo para uma organização sindical como a brasileira, que é corporativista e atrelada ao Estado.

Se a legislação brasileira anterior não permitia a sindicalização, a Constituição de 05.10.88, garante esse direito aos trabalhadores que servem ao Estado. Essa transformação representa um avanço para a categoria, visto que agora nenhuma autoridade pode alegar a ilegalidade do Movimento e nem falta de representatividade da categoria que tente negociar com seu grande patrão que é o Estado.

O Estatuto do Magistério não é inconstitucional, contudo, com a Constituição Estadual de 05.10.89, perde sua validade. É necessário que a Assembléia Legislativa Estadual aprove o Regime Jurídico Único para regulamentar a vida funcional de todos os servidores do Estado do Pará, estabelecendo paridade salarial, plano de carreira e de cargos e salários para todos os servidores do Estado. No momento em que realizamos este trabalho (1991-92), já foi discutido e elaborado o R.J.U. e apresentado na Assembléia Legislativa pelo deputado Edmilson Rodrigues, já que Hélio Gueiros não o fez em tempo hábil. Após a apresentação do Projeto do RJU por um deputado do PT, o Governador Jáder Barbalho também enviou o seu projeto à Assembléia. Como o projeto dos servidores (por eles discutido), estava em pauta para ser votado desde novembro de 1991, os deputados da bancada governista têm adotado sistematicamente a ausência do Plenário para não garantir quórum para votação do

Projeto do RJU.

Voltando ao período analisado por nós, verificamos que a punição aos mais de 3 mil servidores com a suspensão do pagamento de seus vencimentos e a demissão aleatória de 81 diretoras, o Movimento sentiu-se duramente atingido pelo Governo do Estado e enfraqueceu um pouco a luta. Isso se fez sentir no VI Congresso da FEPPEP, pois diminuiu sensivelmente o número de congressistas participantes da capital e dos municípios do interior.

Entretanto, ao nosso ver, isso não significa recuo da organização e nem descenso ou refluxo do movimento sindical dos professores. Mesmo diante dessa grande repressão, o Movimento dos Professores é forte. Ele tem demonstrado ser cíclico, com avanços e recuos, mas a tendência é o seu crescimento, o seu avanço político-pedagógico. Como intelectuais orgânicos, na concepção de Gramsci, os professores têm demonstrado de certo modo, uma grande capacidade de organização profissional, constituindo-se hoje, a categoria profissional de trabalhadores mais bem organizada do Estado do Pará. Em todos ou quase todos os municípios paraenses, há uma sub-sede do SINTEPP funcionando.

O SINTEPP é uma entidade sindical filiada à CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES e à Confederação dos Professores do Brasil (CPB), hoje Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), sendo que os diretores da FEPPEP e do SINTEPP fizeram parte das Diretorias da Regional Norte daquelas entidades e já participaram de todos os seus Congressos como Delegados natos, ao lado de outros eleitos por assembleia nas bases, desde 1983.

Não esqueçamos que a luta grevista é apenas um germen que indica a formação de uma ponta histórica para a transformação da sociedade. Mesmo gerando uma organização interna, não basta, pois, a política de exploração e espoliação será a mesma depois que as reivindicações salariais forem atendidas, se o forem.

O professor, mesmo sendo alvo da coisificação, estrategicamente falando, coloca-se profissionalmente numa posição social muito especial: ele é o responsável pela educação formal dos indivíduos, uma espécie de formador de caracteres de novas gerações. A ele cumpre, portanto, mostrar de modo consciente, as contradições da sociedade brasileira atual e de DISSEMINAR UMA NOVA CONCEPÇÃO DE MUNDO junto a seus alunos.

A luta pelas transformações sociais deve se dar em duas frentes distintas: uma frente contra o poder dominante e opressor e o regime de privilégios da classe burguesa, e outra frente de luta deve ser dar no ambiente da escola, com os demais segmentos da comunidade escolar ou na própria sala de aula com seus alunos. A tarefa transformadora do professor é grande e desafiadora, excitante e apaixonada, para não ser encarada com seriedade e responsabilidade pelos professores.

CONCLUSÃO

Concluimos este trabalho, reafirmando que é um tema apaixonante e muito rico. Sugerimos que ele deverá ser trabalhado com maior amplitude, considerando-se variáveis como: melhoria do ensino, valorização do magistério através de uma remuneração condigna e melhores condições de trabalho, democratização da escola pública, através da co-gestão de todos os segmentos que a compõem, segmentos sociais que trabalham no magistério e a prática de uma educação como prática da liberdade, como propõe Paulo Freire.

Evidentemente que não esgotamos o assunto e sugerimos que se façam outras pesquisas neste campo, tanto como referência e incentivo às lutas dos trabalhadores em educação, como também para que seu resultado sirva de incentivo para a educação política desses profissionais, e os leve à consciência de classe enquanto trabalhadores, cujas responsabilidades não acabam quando bate a campainha encerrando a aula ou quando termina o ano letivo.

No nosso estudo sobre o movimento dos professores públicos do Pará que, mesmo em face da alienação imposta pelo regime militar, constatamos que a organização dos trabalhadores em educação leva à superação do estado de arbítrio em uma luta conjunta com os demais trabalhadores, que poderá efetivar a vitória do homem, da democracia e das liberdades. A educação é um instrumento poderoso de formação e libertação do homem, sujeito de sua própria História, no entendimento de Paulo Freire.

Constatamos, também, que o Estado capitalista não tem nenhum interesse em que se pratique a Educação Libertadora, pois essa educação termina por eliminar a alienação e leva à conscientização, o que não é conveniente ao Estado burguês. Essa educação que leva à conscientização se constitui em uma ameaça

ao "status quo" imposto pela sociedade capitalista e o Estado não quer que isto venha a acontecer.

Vimos em nossa pesquisa que o Estado capitalista usando a ideologia da classe dominante, não tem nenhum interesse em cumprir a legislação que poderia beneficiar os trabalhadores em geral e, especificamente, os trabalhadores da educação e muito menos em oferecer aos filhos dos trabalhadores uma Educação Libertadora.

Constatamos que somente com as muitas lutas é que os trabalhadores, organizando a sociedade civil sob a liderança dos intelectuais orgânicos, poderão planejar a transformação substancial, revolucionária da sociedade, de tal modo que venha a acabar com as desigualdades sociais, tão acentuadas em uma sociedade capitalista como a nossa.

Constatamos, também, que há alguns pontos negativos no interior da luta dos trabalhadores em educação no estado do Pará que são o sectarismo, o extremismo, o personalismo e a ganância pelo poder de mando dentro do Movimento, por parte de alguns líderes que, se de um lado envolvem a massa com seus discursos flamejantes, por outro impedem o surgimento de novas lideranças que poderiam dar prosseguimento à organização da luta e até mesmo substituir os atuais dirigentes com muita responsabilidade e seriedade, para que a luta continue. Outro ponto negativo dentro do Movimento de organização dos professores, resultado dos longos anos de opressão e alienação é o peleguismo do setor educacional, que atrapalha muito o processo de luta pela libertação dos trabalhadores da educação, com traições, delações, etc.

Durante muito tempo os professores estiveram oprimidos, mas chegou a hora da decisão, e devemos ver a luta dos professores além dos muros da escola, mesmo considerando que muitos de nossos colegas que hoje poderiam ter amadurecido e crescido politicamente, somando forças para a organização dos trabalhadores da educação, foram afastados pela competição com

as lideranças, através de atos arbitrários, pouco ortodoxos, que os alijaram da frente do Movimento.

Concluimos também que, mesmo tendo um projeto político revolucionário, em certo sentido até mesmo radical, o Movimento dos professores necessita refletir melhor sobre as estratégias de luta para vencer a ingenuidade, em busca da construção de uma sociedade fraterna. É necessário uma retomada de consciência de que se trata de um movimento de massas, que com base em lições históricas mudarão certas atitudes incoerentes e às vezes inconseqüentes, até mesmo com sacrifícios, para visualizar além do presente e concretizar o projeto da Educação Libertadora, sem a consecução da qual não haverá a libertação do próprio homem.

O divisionismo, o sectarismo e o peleguismo só enfraquecem o Movimento dos professores. É necessário que se vençam tais obstáculos políticos com cautela e sabedoria, provenientes da análise crítica da realidade. É claro que não haverá nunca um pensamento e uma idéia única, pois feriria os princípios da dialética, que viriam unir os trabalhadores e unificar a luta. O pensamento não poderá ser uniforme, mas os trabalhadores da educação devem agir com coerência, tolerância, solidariedade e espírito coletivista, pois não se vai superar o capitalismo pensando só no individualismo.

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, Louis, Aparelhos ideológicos do Estado, Lisboa, Editorial Presença s/d.
- BARBALHO, Jäder Fontenelle, Guerras a vencer, Centro Gráfico do Senado Federal, Brasília, DF, 1978.
- BOLETIM Final do IV Encontro de Educadores do Baixo Tocantins, mimeografado, Tomé Açú, Pará, 1983.
- BOLETIM Final do V Encontro de Educadores do Baixo Tocantins, mimeografado, Acará, Pará, 1984.
- BOLETIM Final do I Congresso dos Professores Públicos do Estado do Pará, mimeografado, Belém, 1983.
- BOLETIM Final do II Congresso dos Professores Públicos do Estado do Pará, mimeografado, Belém, 1984.
- BOLETIM Final do III Congresso da FEPPEP, mimeografado, Belém, 1985.
- BOLETIM Final do IV Congresso da FEPPEP, mimeografado, Belém, 1986.
- DECRETO Nº 7.714, de 9 de fevereiro de 1987, in Estatuto do Magistério, FEPPEP, 1987.
- ESTATUTO do Magistério, Lei Nº 5.351, de 21 de novembro de 1986, in Estatuto do Magistério, FEPPEP, 1987.
- FREITAG, Bárbara, Escola, Estado e sociedade, Editora Moraes, 6ª

edição, São Paulo, 1986.

FREIRE, Paulo, Conscientização, Editora Moraes Ltda., 3ª edição, São Paulo, 1980.

_____, Educação e mudança, Editora Paz e Terra, 12ª edição, São Paulo, 1983.

_____, Pedagogia do oprimido, Editora Paz e Terra, 3ª edição, São Paulo, 1975.

GADOTTI, Moacir, Concepção dialética da educação, Editora Cortez e Editora Autores Associados, 4ª edição, São Paulo, 1986.

GRAMSCI, Antonio, Os intelectuais e a organização da cultura, Editora Civilização Brasileira, 6ª edição, São Paulo, 1988.

_____, Concepção dialética da História, Editora Civilização Brasileira, 7ª edição, São Paulo, 1987.

MELLO, Guiomar Namó de, Magistério de 1ª Grau: da competência técnica ao compromisso político, Editora Cortez e Editora Autores Associados, 5ª edição, São Paulo, 1985.

NIDELCOFF, Maria Tereza, Uma escola para o povo, Editora Brasiliense, 32ª edição, São Paulo, 1991.

NOVAES, Maria Eliana, Professora primária, mestra ou tia, Editora Cortez e Editora Autores Associados, 2ª edição, São Paulo, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de, Integrar para entregar: políticas públicas e Amazônia, Editora Papyrus, Campinas, São Paulo, 1988.

PORTELLI, Hugues, Gramsci e o bloco histórico, Editora Paz e Terra, São Paulo, 1977.

QUADRO Verde, órgão de divulgação da Associação dos Professores do Pará, nº 1, agosto de 1978.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos, A formação política do Professor de 1º e 2º grau, Editora Cortez e Editora Autores Associados, 2ª edição, São Paulo, 1987.

SAVIANI, Dermeval, Escola e democracia, Editora Cortez e Editora Autores Associados, 24ª edição, São Paulo, 1991.

SILVA, Ezequiel Theodoro da, O professor e o combate à alienação imposta, Editora Cortez e Editora Autores Associados, São Paulo, 1989.

TESE do Grupo Movimento, apresentada no II Congresso da Regional Belém, e no VI Congresso Estadual da FEPPEP, 1988.

TESE Unir a Cidade e o Campo, apresentada ao II Congresso da Regional Belém, 1988.

VIEITEZ, Candido Geraldez, Os professores e a organização da escola, Editora Cortez e Editora Autores Associados, São Paulo, 1982.